



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CARLEIDE ANGELITA DA SILVA LUZ

AS PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS POR ANTONIL E HENRY KOSTER
A RESPEITO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, 1700-1822

PICOS - PIAUÍ

2019

CARLEIDE ANGELITA DA SILVA LUZ

**AS PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS POR ANTONIL E HENRY KOSTER
A RESPEITO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, 1700-1822**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História

Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva

PICOS - PIAUÌ

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro de 2019, na sala de reuniões de CSHNB, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **CARLEIDE ANGELITA DA SILVA LUZ** sob o título **As percepções construídas por Antonil e Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822.**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva
Examinador 1: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 2: Prof. Msc. José Lins Duarte

Deliberou pela do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,0.

Picos (PI), 29 de novembro de 2019

Orientador (a):

Mairton Celestino da Silva

Examinador (a) 1:

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Examinador (a) 2:

José Lins Duarte

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

L979p Luz, Carleide Angelita da Silva
As percepções construídas por Antonil e Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822 / Carleide Angelita da Silva Luz – 2019.

Texto digitado
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB
Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos-PI, 2019.

“Orientador: Dr. Mairton Celestino da Silva”

1. História. 2. Escravidão. 3. Relações sociais. 4. Viajantes. I. Silva, Mairton Celestino da. II. Título

CDD 981.04

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por esta sempre ao meu lado em todos os momentos, seja fácil ou difícil.

A minha mãe, irmãos e, em especial à memória do meu pai, que sempre lutou e incentivou para que hoje eu possa esta preste a concluir a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento quero agradecer acima de tudo a Deus pelo dom da vida e pela força que me proporciona a cada dia.

Agradeço a minha adorável mãe Angelita Luzia, aos meus irmãos Creiton Celso, Roberto Celso, João Celso, Antonio Celso e minha sobrinha Jullie Caselli pelo companheirismo, sempre caminharam comigo lado a lado no decorrer dessa trajetória.

Agradeço imensamente, a todos os professores do curso de História em nome do prof. Me. José Lins Duarte, que me acompanharam no decorrer dos quatros anos e meio de vida acadêmica e me inspiraram a dar o melhor de mim e sempre buscar ser cada vez melhor naquilo que mim propuser a fazer. De modo especial, ao prof. Dr. Mairton Celestino da Silva, pelo incentivo, a orientação para realização desse trabalho.

Estendo os meus agradecimentos a Universidade Federal do Piauí pela oportunidade de realizar esse curso. E de participar de programas como a Residência Pedagógica - RP que contribuiu de maneira significativa para o aperfeiçoamento da prática docente. Como também foi oportuno fazer parte do NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História, espaço que proporcionou-me participar do ICV/UFPI no qual originou minha pesquisa de monografia.

Aos meus companheiros (as) de curso com quem compartilhei momentos de alegria, descontração e também de apertos, que jamais serão esquecidos, em especial, Tania Georgia, Fernanda Borges, Welligton Costa, Kércia Andressa e Thalia Carvalho, obrigada pela cumplicidade.

E por fim, dirijo os meus agradecimentos a Evandro de Matos Sena, uma pessoa muito especial na minha vida e que me apoiou e incentivou no decorrer dessa caminhada.

“No momento em que o escravo decide que não quer ser escravo, suas correntes caem ao solo. Se libera e mostra aos outros como fazê-lo. A liberdade e a escravidão são estados mentais”.

Mahatma Gandhi

**AS PERCEPÇÕES CONSTRUÍDAS POR ANTONIL E HENRY KOSTER
A RESPEITO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, 1700-1822**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, para a obtenção parcial do grau de Licenciatura em História.

Carleide Angelita da Silva Luz

Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva
(ORIENTADOR)

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
(Examinado Interno) Universidade Federal do Piauí - CSHNB

Prof. Ms. José Lins Duarte
(Examinado Interno) Universidade Federal do Piauí - CSHNB

Aprovada em: ____/____/____

RESUMO

Esta monografia propõe uma análise acerca das percepções construídas por André João Antonil e Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822. E, para se compreender a dinâmica da organização social presente nessa sociedade, fez-se extremamente pertinente fazer uma contextualização do Brasil no século XVIII e XIX para entendermos os eventos tais como transformações de ordem econômica, demográfica, social, política e cultural que perpassaram a colônia nesse período, bem como, analisar as relações sociais estabelecidas a partir da visão do viajante inglês e do jesuíta italiano. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e analítica. Buscamos informações a partir das leituras de livros, monografias, dissertações, artigos, revistas e periódicos, para além das fontes *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas* e *Viagens ao nordeste do Brasil*. Utilizamos na fundamentação teórica, autores como João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2017), Rafael de Bivar Marquese (2004), Katia M. de Queirós Mattoso (2003), Mendell Barreto Ferreira (2011), Rosilene Costa Cardoso (2011), Ricardo Luiz Sousa (2004) e dentre outros estudiosos. Por fim, a construção desse trabalho nos traz um panorama sobre as relações de sociabilidade presente no cotidiano escravista a partir das visões do Henry Koster e Antonil em que percebemos aproximações e distanciamentos nas suas respectivas concepções.

Palavras-chave: História. Escravidão. Relações sociais. Viajantes.

ABSTRACT

This monograph proposes a research about the perceptions built by André João Antonil and Henry Koster about slavery in Brazil, 1700-1822. And, to understand the dynamics of social organization present in this society, it was extremely pertinent to make a contextualization of Brazil in the eighteenth and nineteenth century to understand the events such as transformations of economic, demographic, social, political and cultural that permeated the colony during this period as well as analyzing the social relations established from the viewpoint of the English traveler and the Italian Jesuit. The work is characterized as a bibliographical and analytical research. We sought information from book readings, monographs, dissertations, articles, magazines, and periodicals, as well as Brazil's Culture and Opulence sources, for their Drugs and Mines, and Travel to northeastern Brazil. We used in the theoretical foundation authors such as João Fragoso and Maria de Fatima Gouvêa (2017), Rafael de Bivar Marquese (2004), Katia M. de Queirós Mattoso (2003), Mendell Barreto Ferreira (2011), Rosilene Costa Cardoso (2011), Ricardo Luiz Sousa (2004) and among other scholars. Finally, the construction of this work gives us an overview of the relations of sociability present in the slave daily life from the views of Henry Koster and Antonil in which we perceive approximations and distances in their respective conceptions.

Keywords: History; Slavery; Social relations. Travelers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I - REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII: ANTONIL E A SOCIEDADE ESCRAVISTA	16
1.1 Modificações na colônia.....	16
1.2 Aspectos da trajetória e obra de Antonil.....	20
1.3 Sistema escravista e suas características.....	24
CAPITULO II - BRASIL NO SÉCULO XIX: HENRY KOSTER E SUAS IMPRESSÕES.....	32
2.1 Configuração brasileira no período oitocentista.....	32
2.2. Henry Koster: itinerário e obra.....	37
CAPITULO III - DUAS VISÕES DO ESCRAVISMO COLONIAL: HENRY KOSTER E ANDRÉ JOÃO ANTONIL.....	46
3.1 Cotidiano escravista.....	46
3.2 Olhar sobre as mulheres no período colonial.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia destina-se a analisar as percepções construídas pelo italiano André João Antonil e o inglês Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822. Período que corresponde um momento da nossa história marcada pela prática de um sistema escravista que se constituiu como a base da economia colonial e se consolidou na América portuguesa com o tráfico transatlântico de humanos para servir como mão-de-obra. Nesse sentido, buscamos entender como o jesuíta e o viajante cronista concebe nas suas respectivas temporalidades a vida social brasileira.

No decorrer dos séculos XVI ao XIX, a América conviveu com a política administrativa fundamentada na exploração do trabalho escravo. Ao longo desses três séculos a comercialização de pessoas como produtos, fez-se um negócio extremamente rentável para os que se aventuraram nesse projeto, a coroa portuguesa foi uma das pioneiras responsável por capturar milhares de pessoas das mais diversas etnias africanas, transportá-las e vendê-las para diversos espaços, em especial, o continente americano, com destino a execução do trabalho compulsório e, por conseguinte, a geração e acúmulo de riquezas para outras nações.

É extremamente importante ressaltar que ambos os cronistas estiverem presentes no Brasil no período colonial, porém, em lugares e momentos históricos distintos. Pois, enquanto Antonil percorreu a Bahia e Pernambuco em início do século XVIII, Koster circulou nos primórdios do século XIX em várias capitanias do Nordeste como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceara e Maranhão. Nesse sentido, a escrita do jesuíta Antonil e do viajante Koster, contém informações relevantes sobre a dinâmica econômica e a estrutura organizacional do território brasileiro nos respectivos períodos. É importante reiterar, que nesse trabalho será abordado com maior profundidade os aspectos referentes as relações sociais instituídas.

Os relatos que serão analisados nesse trabalho apresentam uma abordagem acerca de um modelo administrativo instituído fundamentalmente por intermédio de uma política de exploração do outro, e mais precisamente a maneira como os indivíduos suplantados, eram tratados pelos seus “dominadores” e a corporação social como um todo, tendo em vista, que a massa explorada era vista unicamente como força motriz de trabalho, tendo a sua condição humana negada e conseqüentemente sua liberdade de circulação restringida.

A temática em estudo apresenta-se de extrema significação para a compreensão da conjuntura histórica vivida pela América portuguesa em meandros dos séculos XVIII e XIX. Diante desse contexto, o trabalho tem como foco de análise fazer uma sondagem dos aspectos

alusivos as relações sociais estabelecidas no cotidiano desse governo escravista. E mediante essa perspectiva, caracterizamos este trabalho como uma produção historiográfica de significativa importância acadêmica, que nos proporcionara a obtenção do conhecimento acerca do processo de exploração e controle humano, assunto que necessita de bastante atenção, tanto por parte dos estudiosos como da sociedade em geral, para que possamos ter dimensão da maneira como essa instituição se alicerçou e perdurou por tanto tempo à custa da supressão da liberdade de milhares de homens, mulheres e crianças, como também, conhecermos a atuação desses sujeitos diante dessa política de controle segregacionista .

Nesse sentido, o interesse por estudar essa temática surgiu a partir da minha participação no NUPEDOCH que, por sua vez, proporcionou-me participar do ICV no qual versava sobre viajantes, nos levando a reconhecer e compreender por meio dos relatos de viagens elementos históricos importantíssimo para a compreensão da nossa própria formação social e cultural. Por isso, observamos o pensamento de dois autores que pertencem a dois universos distinto um viajante verso um religioso, em que permitiu discutir e refletir sobre a perspectiva dos dois acerca da sociedade escravista, bem como os laços instituídos e os tratamentos dispensados a essa categoria social submetida às determinações de outrem.

Sendo assim, é extremamente pertinente a ideia de intensificar a realização de pesquisas acerca dos relatos historiográficos descritos por viajantes e religiosos que visualizaram e deixaram por escritos suas impressões sobre a realidade vivida no Brasil colonial. Os relatos os quais serão analisados deixam transparecer que os seus respectivos autores dedicaram a aventura de catalogação e reconhecimento de espaços pouco explorados se debruçando a fazer um estudo observatório acerca da dinâmica dos aspectos econômicos e sociais, sendo válido ressaltar que a atenção desse estudo será voltada para as questões de caráter social, sobretudo, a dinâmica organizacional vigente nesse universo entre a elite “dominante” e a classe subalterna.

Esse estudo tem como objetivo geral analisar as percepções construídas por Antonil e Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822, e como objetivos específicos da pesquisa, averiguar o contexto histórico do século XVIII, a trajetória e obra do Antonil e as características do núcleo colonial, observar o momento histórico do início do século XIX, o itinerário e a produção de Henry Koster e compreender como o viajante Henry Koster idealiza as relações de sociabilidade presente na colônia, bem como, a maneira como Antonil concebe o governo escravista e as semelhanças e diferenças entre as concepções dos dois sujeitos acerca da sociedade escravocrata.

Nessa perspectiva, como questão problematizadora desse estudo, gerou a seguinte indagação: Diante de uma instituição escravista, como o jesuíta italiano Antonil e o viajante Inglês Henry Koster concebe a dinâmica social presente nessa sociedade, desde as relações de trabalho entre senhor e escravo, a presença e circulação desses sujeitos nos espaços, como também os elementos de distinção social presente nessa sociedade?

O presente trabalho, fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica e analítica, em que será desenvolvida a partir da análise de relatos de viagens e crônicas, documentos estes que contém descrições detalhadas acerca das experiências vivenciadas pelos observadores no decorrer das trajetórias. Assim temos como fonte, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas Minas* de autoria do jesuíta Italiano André João Antonil (1837) e *Viagens ao nordeste do Brasil* do viajante inglês Henry Koster (1942). Para além das fontes primária temos como suporte teórico a contribuição de vários autores dentre eles: Marques (2004) com a obra *Feitores do corpo, missionários da mente*, que traz uma discussão sobre a administração dos escravos na América entres os séculos XVII e XIX, pontuando elementos relacionados ao tratamento dos senhores de engenho dispensado aos seus subordinados tendo em vista o valor que estes significavam para a prosperidade da colônia.

Fragoso e Gouvêa (2017) com o livro *O Brasil Colonial 1720-1821* faz uma abordagem acerca do governo português, as transformações que o mundo luso estava vivenciando nos aspectos políticos, econômico, culturais e sociais, bem como, o cotidiano da sociedade escravista, Mattoso (2003) em sua obra *Ser escravo no Brasil* tece argumentos acerca da escravidão destacando aspectos como o poder de agencia dos escravizados diante da submissão e as condições da travessia dos cativos no oceano, além de pesquisas realizadas em outras fontes informativas como artigos, monografias e dissertações. Ferreira (2011), busca enfatizar o panorama do tráfico de africanos, a utilização da sua mão-de-obra escrava em substituição ao braço indígena e a importância econômica para a Coroa, Cardoso (2011), sinaliza a respeito do cotidiano escravista bem como as tensões e os conflitos inerentes ao sistema, Souza (2004) discute acerca da maneira como Antonil concebe o escravismo e as relações entre senhor e escravo e dentre outras referências, entre elas, sites da internet e revistas, para além das fontes primárias já mencionadas, que possam nos proporcionar uma assimilação mais aprofundada sobre o objeto em estudo.

Esse trabalho encontra-se estruturado em três partes. A primeira corresponde ao capítulo I, que discute acerca do contexto histórico do Brasil no século XVIII, sinaliza sobre a trajetória do autor, sua obra e os aspectos que esta aborda, como também sobre a organização

social vigente nesse período e trata de maneira superficial da visão do Antonil sobre o sistema implantado nesse momento da nossa história.

O capítulo II, traz uma abordagem referente a conjuntura histórica brasileira do início século XIX, em que especifica alguns acontecimentos que marcaram esse momento inicial do período oitocentista, tais como, a chegada da corte portuguesa, abertura dos portos, a assinatura de tratados comerciais. Fenômenos que contribuíram para a alteração de vários aspectos, dentre eles, a emergência de uma nova dinâmica administrativa a inserção de novos hábitos e costumes associados ao modo de vida da colônia, como também modificações de ordem econômica e da estrutura dos espaços urbanos. Para além de trazer uma descrição do itinerário e da obra do autor.

E por fim, o capítulo III no qual consiste em apresentar uma análise da perspectiva de Henry Koster e Antonil, sobre alguns aspectos da escravidão brasileira. Destacando acerca das relações sociais estabelecidas no cotidiano da sociedade colonial, bem como, as relações entre os sujeitos de elite e das classes populares, o contacto entre senhor e escravo e as formas de tratamento dispensada a categoria subalterna submetida ao controle de outros.

As considerações finais, apresenta uma síntese da pesquisa, informações relevantes, sobre o cotidiano escravista, bem como as relações sociais estabelecidas e a atuação dos sujeitos subalternos enquanto atores históricos.

É válido ressaltar, que estamos abertos a críticas e sugestões que o trabalho possa suscitar.

CAPITULO I - REFLEXÕES ACERCA DO CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII: ANTONIL E A SOCIEDADE ESCRAVISTA

1.1 Modificações na colônia

O contexto histórico do século XVIII no Brasil, é delineado pela historiografia como um momento da história marcado por mudanças, tanto, em termos econômicos, pois, até então, a economia girava em torno da produção açucareira e dentre outros elementos que eram cultivados e comercializados, ambos sendo executados em sua grande maioria pela exploração da força de trabalho humana. E com a descoberta dos recursos minerais no interior da colônia, especialmente, dos metais preciosos como o ouro na região Sudeste ascendeu a cobiça do Império Português, pois as informações do potencial aurífero nas regiões de Minas Gerais, desencadeou a extração das jazidas em larga escala, contribuindo para o surgimento de uma nova dinâmica mercadológica no espaço colonial, tendo em vista, que a economia açucareira se encontrava em crise. Pois,

(...) no fim do século XVII a descoberta do ouro na província de Minas Gerais criará uma nova demanda de mão-de-obra e triplicará o volume do tráfico. Calcula-se que 1700000 negros foram importados (...) de Angola e (...) da Costa da Mina. Ignoramos como se terá repartido esse novo contingente entre as capitanias da colônia. Ao que parece 2/3 deles tomam o rumo do interior e povoam as Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, onde a descoberta de jazidas de ouro e diamantes aumentam consideravelmente a demanda. As importações continuam a ser feitas pelos portos tradicionais do nordeste, como Bahia e Pernambuco, reis do tráfico de escravos.¹

Podemos perceber que a inserção do ouro no mercado comercial foi um evento que causou a migração do eixo econômico nordestino para o Centro-sul como lembra Charles Nascimento de Sá, a contribuir para o aumento expressivo do tráfico e conseqüentemente da aglomeração de pessoas pelas regiões interioranas próximas das áreas auríferas. Seguindo essa mesma linha de discussão os historiadores Ferreira e Soares apontam notável transformação não somente nos aspectos econômicos, mas de ordem demográfica e cultural,

(...) as descobertas auríferas e o desenvolvimento da produção agrícola impulsionaram o afluxo de imigrantes oriundos do reino e, principalmente, os imigrantes forçados trazidos nos porões dos navios negreiros vindos da África, remodelando, assim, as feições da população colonial. Obviamente,

¹ MATTOSO, Katia M. de Queiroz. No Brasil: ser uma mercadoria como as outras. In_____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 54.

observam-se também transformações no plano cultural e nos comportamentos que ensejaram tensões motivadas pelos rearranjos políticos e pelas mudanças nos hábitos de consumo, entre outros, posto que os imigrantes traziam consigo valores próprios e, não raro, conflitantes com os de senhores locais e/ou administradores coloniais. Sobretudo a presença maciça de africanos escravos e libertos causou forte impacto no modus vivendi colonial da América portuguesa. Politicamente, operou-se o reforço da autoridade da monarquia.²

Percebe-se, que a modalidade de produção mineradora atraiu um elevado fluxo de pessoas para suas áreas, inclusive, os imigrantes negros que vieram de forma coagida e em maior quantidade como bem afirmam Mattoso nesse período. E esses agrupamentos trouxeram uma série de impactos, dentre eles, maior controle por parte das autoridades portuguesas sobre o território, também a elevada demanda por maior contingente de trabalhadores culminou por ocasionar alterações de ordem cultural e comportamental, causando muitas vezes conflitos de valores em virtude da heterogeneidade da população e tensões até mesmo política. Como sinaliza Charles Nascimento de Sá, a organização administrativa da colônia ganha uma nova estrutura a partir do início do século XVIII.

A descoberta das minas de ouro, que sustenta o fausto da corte de D. João V, a mudança gradual do eixo econômico do Brasil do Nordeste para o Centro-sul e a elaboração na Europa de uma nova doutrina de governo, centrado em um maior aumento do poder e influência do estado, geram mudanças significativas na maneira de ser do governo (...).³

Nesse cenário, o Brasil começa a vivenciar a implementação de modificações internas da paisagem, dentre elas, podem ser vistas como transformações mais expressivas o processo de interiorização, a expansão territorial do país e a conseqüente urbanização como reitera Wehling *apud* Sá,

(...) de várias perspectivas a primeira metade do século XVIII é mais significativa do período colonial. Ocorreu um aumento acelerado da população [...] o território foi expandido e consolidado, com a instalação de novas capitânias no interior.⁴

² FERREIRA, Roberto Guedes; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e hábitos de consumo na sociedade senhorial da América portuguesa*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. p.556. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em: 31/05/2019.

³ SÁ, Charles Nascimento de. *Governo geral na Bahia: poder, povos e adversidades no exercício das funções dos governadores no período Pombalino (1750 – 1777)*. APUHI - XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013. p.01. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362677942_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf Acessado em: 20/05/2019.

⁴ *Ibid*, p. 09.

O ápice do ciclo do ouro favoreceu o surgimento de diversos núcleos de povoamento e consequentemente o rápido crescimento destes levou-os ao status de cidades, principalmente, nas regiões mineradoras, inclusive, vão ser caracterizadas com uma moderna estrutura arquitetônica e belas edificações decoradas em estilo barroco. As ideias iluministas que estavam afloradas na Europa influenciaram, seja de forma direta ou indireta, no pensamento colonial brasileiro. “Neste período houve grande desenvolvimento artístico e cultural na região de Minas Gerais, como o estilo barroco das construções das igrejas e moradias, a Escola Literária Mineira, as esculturas do “Aleijadinho”, as músicas cantadas nas igrejas e associações religiosas”.⁵

É salutar ressaltar, que no decorrer do século XVIII com a ebulição dos ideais iluministas na Europa, época bastante eufórica e sinalizada pela disseminação do pensamento filosófico que pregava uma nova concepção de mundo, pautada nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, como também, no desenvolvimento da cientificidade, refletiu na dinâmica administrativa mundial. Furtado afirma que:

(...) observando-se o reinado de dom João V percebe-se um ambiente cultural par a par com o que foi denominado Iluminismo pelos indivíduos a ele contemporâneos e com feições muito próximas do que ocorria na França e em vários países da Europa na mesma época. A ascensão dos intelectuais/escritores/filósofos de talento; a valorização do espírito; a criação de um mercado de letras; a aproximação entre os intelectuais, os grandes e o Estado; a formação de uma opinião pública; a proliferação das academias; a articulação de um mecenato régio e a cooptação dos intelectuais para o serviço do Estado monárquico são, entre outros, fenômenos que podem ser observados, em Portugal, já na primeira metade do século XVIII.⁶

Assim, podemos evidenciar que partir do período setecentista, com o impacto da mineração, houve uma elevada diversificação nos aspectos econômico, bem como, político, social e cultural na colônia. Charles Nascimento de Sá chama a atenção para o fato de que:

O século XVIII foi o período histórico em que o desenvolvimento econômico e cultural da América portuguesa se processou mais vigorosamente. Um intenso comércio, envolvendo portos da África, Ásia e Europa com os portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, fazia do Atlântico um pólo privilegiado de convergência de mercadorias e povos.

⁵ O Brasil colonial: estrutura social, política, econômica e cultural (IV). ESHOJE. 4 de set. 2017. Disponível em: <http://eshoje.com.br/o-brasil-colonial-estrutura-social-politica-economica-e-cultural-iv/>. Acessado em: 04/06/2019.

⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. p. 65-66. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em: 31/05/2019.

Açúcar, tabaco, ouro, escravos, dentre outros produtos, realizavam constante intercâmbio ligando os continentes e sua população entre si.⁷

Percebe-se que o império ultramarino português procurou se inserir em meio a esse cenário na busca pelo desenvolvimento econômico e também científico, e assim, passou também a investir em um projeto de exploração científica das suas áreas coloniais como forma de realizar o reconhecimento dos mais diversos espaços e conseqüentemente fazer a catalogação da diversidade de recursos naturais e evidentemente assegurar a manutenção do poder nos espaços conquistados e o domínio no ultramar. Nesse sentido, a Coroa Portuguesa passou a recrutar diversos intelectuais e elaborar como afirma Bonato, “(...) instruções de viagem detalhadas, pela preparação e envio de naturalistas e também por ordens para que todos os funcionários régios passassem a observar mais atentamente o mundo natural à sua volta”.⁸

Furtado sinaliza que o médico português José Rodrigues Abreu,

em 1705, ele embarcou para o Brasil e após voltar para Portugal foi designado físico-mor das Armadas. Partiu então para a ilha de Corfu, em expedição contra os turcos que a sitiavam. Foi nomeado médico e fidalgo da Casa Real e familiar do Santo Ofício. Em 1729, deslocou-se para o rio Caia, acompanhando dom João V na embaixada de troca das princesas de Portugal e Espanha. (...), José Rodrigues Abreu não desperdiçou as viagens que fazia e “discorreu por todas estas terras com observação de sábio, colhendo várias notícias das virtudes medicinais das ervas e plantas que produzem aquelas vastíssimas terras”.⁹

Sendo assim, não podemos deixar de mencionar que as viagens filosóficas tiveram contribuições extremamente significativas para a expansão desenvolvimentista do campo da ciência e também da economia, assim, a busca por matérias primas estratégicas fazia parte da pauta das viagens científicas organizadas pela Coroa portuguesa.

De acordo com Macedo apud Furtado,

⁷ SÁ, Charles Nascimento de. *Governo geral na Bahia: poder, povos e adversidades no exercício das funções dos governadores no período Pombalino (1750 – 1777)*. APUHI - XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN 22 a26 de julho de 2013. p.02..Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362677942_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf Acessado em: 20/05/2019.

⁸ BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE Departamento de História – UFPR, Curitiba, 2010. p. 48. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24243/BONATO,%20TIAGO.pdf?sequence=1>. Acessado em:02/10/2018.

⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. p.104. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em:31/05/2019.

a articulação entre os integrantes dessa república de letras deu-se de forma mundializada, pois o espaço do Império português onde eles se encontravam — em caráter permanente ou transitório — era um espaço global, estendendo-se pelas quatro partes do mundo. Eram homens que se caracterizaram também por sua abertura e seu trânsito intelectual com o mundo europeu e que tinham na viagem o principal mecanismo do aprendizado e de formação de um conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento político, econômico e intelectual do reino.¹⁰

A tentativa de conhecer o interior dos territórios, os pormenores e os detalhes do mundo natural “(...) estavam intimamente ligadas na preparação das viagens (...)”.¹¹ Essas expedições eram organizadas com o intuito de promover a exploração e manipulação dos produtos naturais, além de buscar também a aquisição do conhecimento científico. Então, o Governo Português se ocupava de assegurar o domínio das suas colônias, como também inspecionar os potenciais naturais desses espaços para explorá-los.

1.2 Aspectos da trajetória e obra de Antonil

Em meio a esse momento histórico, chega ao Brasil, mais precisamente na Bahia, uma figura de destaque na historiografia e conhecida pelo pseudônimo de André João Antonil, um religioso vinculado à história da América Portuguesa que ocupou cargos importantes na Companhia de Jesus. E para além disso, também se dedicou ao ofício de descrever acerca das observações visualizadas sobre a estruturação da sociedade mais precisamente no engenho de açúcar e os lugares sociais de cada grupo, como também, fez uma descrição minuciosa da riqueza dos recursos minerais e da produção do cultivo da cana-de-açúcar e entres outros produtos rentáveis para a manutenção e desenvolvimento da própria colônia e da Coroa portuguesa.

Antonil desembarca em solo brasileiro em companhia do padre Antônio Vieira ainda no final do século XVII. O jovem Jesuíta que tem como nome verdadeiro João Antonio Andreoni é italiano nascido em Luca, em 1649. Uma figura eclesiástica com domínio sobre direito civil, cursou essa área do conhecimento na Universidade Perúsia e ingressou por volta de 1667 na Companhia de Jesus, instituição na qual se destacou ao desenvolver diversas

¹⁰ Ibid, p.68

¹¹ BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE Departamento de História – UFPR, Curitiba, 2010. p.116.. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24243/BONATO,%20TIAGO.pdf?sequence=1>. Acessado em: 02/10/2018.

atividades, entre elas, lecionou Retórica, Filosofia e Humanidades no Seminário jesuíta Romano. Nessa estadia em Roma conhece Vieira e é convidado para empreender viagem ao Brasil e em 1681 chega ao porto da Bahia como visitante da ordem religiosa.

Ao chegar no território Antonil, é contemplado com a ocupação de diversos cargos privilegiados na Companhia de Jesus, exerce na Bahia, segundo Vainfas ocupações de professor de Retórica, atuou como secretário de Vieira e dentre outras atribuições.¹²

Sobre as ocupações na ordem religiosa Santos afirma:

Desde sua chegada, o padre Andreoni desempenhou os cargos de professor de retórica, mestre dos noviços, secretário, visitador geral do padre Antônio Vieira em 1689. Em 1693, exerceu também postos administrativos vedados por decretos reais aos estrangeiros, como o cargo de reitor e de provincial. Nesse mesmo ano, Andreoni participou do grupo de religiosos que defenderam a permanência do Colégio dos jesuítas em São Paulo e o emprego dos indígenas pelos colonos da vila. A posição do religioso e dos outros padres divergia da defendida pelo padre Antônio Vieira que foi a favor da liberdade dos indígenas. Entre 1698 e 1709, Andreoni foi novamente reitor do Real Colégio da Bahia. Nos anos de 1706 e 1709 assumiu a função de Provincial, visitando as missões dos tapuias do Rio Grande do Norte e do Ceará.¹³

O religioso permanece no Brasil mais especificamente na Bahia até o ano de 1716 quando falece. Durante a sua estadia em terras americanas se debruçou em fazer uma espécie de catalogação das suas impressões acerca da vivência experienciada na colônia, sobretudo, os aspectos relacionados ao engenho e sua produção açucareira, os elementos minerais, como também, sobre a sociedade escravocrata. E deixou como marco da sua presença na América portuguesa uma expressiva obra denominada de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* que foi publicada em 1711 em Portugal, mais precisamente, em Lisboa, sob o pseudônimo de André João Antonil e no Brasil sua publicação ocorreu em 1877. Uma produção historiográfica na qual ele expressa informações detalhadas acerca da estrutura de funcionamento da produção açucareira e conseqüentemente dos passos a serem seguidos para o cultivo canavieiro, versa também, detalhadamente, sobre os caminhos da mineração, da sua

¹² VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 98.

¹³ SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *A Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?* XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, ISBN 978-85-65957-03-08, 28 de julho a 1º de agosto de 2014. p. 06. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400082707_ARQUIVO_anpuhartcorr.pdf
Acessado em: 22/04/2019.

extração, escoamento e o autor descreve a respeito da sociedade escravista, motor de sustentação da economia colonial.

Como afirma Sousa, “ao escrever sobre as culturas e opulências do Brasil, ainda, Antonil insere-se em toda uma linhagem de cronistas coloniais que escrevem com o mesmo objetivo de descrever a natureza e ressaltar as riquezas da “nova terra” (...)”.¹⁴ Antonil desenvolve uma escrita que exalta o potencial econômico brasileiro, tecendo seus relatos com informações detalhadas relacionadas a produção açucareira, o cultivo do tabaco e do algodão, além de demonstrar o potencial mineral, a localização e os caminhos a percorrer até a chegada das regiões ricas em recursos minerais. Conforme Filho, “os jesuítas da “Companhia de Jesus” encarregados da evangelização da população nativa estavam na verdade desempenhando o papel de desbravadores dos interesses do império português (...)”.¹⁵ Os religiosos tinham a incumbência de promover a catequização, mas também, estavam imbuídos de interesses econômicos e políticos, tendo em vista, o poder administrativo que a instituição religiosa tinha.

Apesar de Antonil não ser considerado pela historiografia um viajante naturalista, desenvolve um trabalho de observação do espaço, descrevendo os produtos cultivados, a maneira como proceder o cultivo, as atividades desenvolvidas no engenho por cada pessoa, a vida social colonial e a imensa riqueza aurífera. O autor expressa textualmente que: “Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata”.¹⁶ É explícita a preocupação em deixar claro os potenciais exploratórios da natureza bem como os caminhos para chegar “aos núcleos de desenvolvimento, econômico, social e político que começavam a aparecer no Brasil em virtude da chamada febre do ouro”¹⁷, para além de sinalizar nas descrições sobre a dinâmica do governo dos escravos como sinaliza Rafael de Bivar Marques.

¹⁴ SOUZA, Ricardo Luiz de. *Antonil e a escravidão sem mistérios*. História & Perspectivas, Uberlândia, (29 e 30): 239-253, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004. p. 252. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19150/10297>. Acessado em: 27/04/2019.

¹⁵ FILHO, João dos Santos. *Ordem Régia de Censura a Roteiros Turísticos do Século XVIII: André João Antonil no Índex*. Turismo em Análise, São Paulo, 12 (J):72-79 maio 2001. p. 73. Disponível em:

<file:///C:/Users/Carleide/Documents/Dissertações%20de%20mestrado%20para%20TCC/ANTONIL/document.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

¹⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p. 141. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

¹⁷ FILHO, João dos Santos. *Ordem Régia de Censura a Roteiros Turísticos do Século XVIII: André João Antonil no Índex*. Turismo em Análise, São Paulo, 12 (J):72-79 maio 2001. p. 75. Disponível em:

<file:///C:/Users/Carleide/Documents/Dissertações%20de%20mestrado%20para%20TCC/ANTONIL/document.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

Mesmo tendo em vista, o teor do conteúdo escrito acerca do território, bem como, os benefícios que poderia proporcionar a Coroa, “essa obra foi objeto de censura pelo governo português, que a recolheu e determinou sua destruição por meio do veto e sequestro régio em 20 de março do mesmo ano de sua publicação no território nacional”.¹⁸ As autoridades se manifestam contrárias a divulgação das riquezas do Brasil, recolhe a edição e por Ordem Régia a obra foi extirpada restando somente alguns exemplares. Conforme reitera Filho,

(...) a razão dessa devassa contra Antonil pode ser explicada em virtude de sua obra expor de forma detalhada as riquezas minerais, naturais e sinalizar as potencialidades econômicas da Colônia. Isso poderia, segundo o Estado português, despertar a cobiça de outras nações e comprometer a já fragilizada força do Império lusitano no resguardo e defesa de sua Colônia continente.¹⁹

Pode-se perceber, a partir da análise do fragmento, que a descrição de Antonil representava para o Império Luso uma ameaça, pois a circulação da obra despertaria o interesse de outras nações, tendo em vista, a riqueza de detalhe, com que consiste, a escrita do autor sobre as potencialidades econômicas e manuseios destas na colônia.

Em virtude das características descritivas presentes em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, a historiografia tende a considerar a obra de Antonil como um tratado a ser seguido por quem pretendia na época se aventurar com a atividade da produção açucareira. Nas palavras de Marquese “servir como um guia de “notícias práticas” destinado a auxiliar quem de novo entrar na administração de algum engenho”.²⁰ Além de poder ser utilizado como uma espécie de roteiro para o encontro das áreas ricas em minérios.

Marquese reitera que Antonil objetivou chamar a atenção para a valorização do “açúcar por ser um produto de difícil fabrico, com maior importância para o império luso do que as minas de ouro recém descobertas no interior do Brasil “,²¹ assim como também procurou “(...) igualmente traçar as normas que deveria reger as relações entre o proprietário do engenho e todos os seus dependentes (...)”.²² Portanto, o autor detalha minuciosamente em *Cultura e opulência* os aspectos relacionados a administração do engenho, os caminhos a serem percorridos para produzir o açúcar, desde a plantação da cana até o produto

¹⁸ Ibid, p. 02.

¹⁹ Ibid, p. 02.

²⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720. In_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 56.

²¹ Ibid, p.56.

²² Ibid, p.56.

cristalizado, tece argumentos acerca do trabalho com a mineração bem como da localização geográfica dessas regiões que possuíam reservas minerais.

1.3 Sistema escravista e suas características

O século XVIII, no Brasil, é marcado pelo processo de exploração das áreas mineradoras e esse novo panorama sublinhado pelo trabalho de extração dos recursos minerais promove transformações de suma relevância para a economia colonial, estimulando de forma intensa o desenvolvimento comercial interno da colônia devido ao elevado fluxo de circulação de pessoas das mais diversas categorias sociais, envolvendo comerciantes e tropeiros em busca de enriquecimento. Nesse cenário, o Estado português utilizou largamente, de servos semi-livres, e escravos explorando sua mão de obra não somente na extração de metais preciosos, mais também, na execução de diversas outras atividades, dentre elas, a produção açucareira que tinha como principal ferramenta de trabalho a força escrava.

Seguindo os passos de Frago e Guedes, podemos afirmar que,

(...) na condição de escravos, a imensa maioria de cativos africanos se dedicou ao cultivo da mandioca, da cana-de-açúcar, do milho, do anil, a atividades agrícolas mais diversas, mas também trabalharam exaustivamente na mineração, pecuária, pesca, nos diversos ofícios mecânicos e no comércio a retalho urbano; enfim, em todas as atividades laborais.²³

Deste modo, os portugueses se utilizaram da mão de obra negra, não só no cultivo da cana-de-açúcar, ou na retirada do ouro, como também, nas tarefas mais essenciais do cotidiano, desde servir na casa grande e nos cuidados com os cultivos de produtos alimentícios para o provimento da família senhorial e do seu próprio sustento, e enfim, como sinaliza Silva “o escravo era utilizado em todas as atividades que exigia esforço físico”.²⁴

Acerca dessa organização social Cardoso reitera:

A instituição escravista permaneceu como um dos principais pilares da sociedade brasileira do século XVI até o XIX, tornando-se uma das mais duradouras do contexto mundial. Enquanto objeto de pesquisa, foi um dos temas mais estudados pelos historiadores brasileiros e brasilianistas, que

²³ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2ª edição, 2017. p. 37. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em: 31/05/2019.

²⁴ SILVA, Jovelina de Sousa Nazário da. *Uma leitura da escravidão em Antonil: visão e posicionamento*. Building the way – Revista do Curso de Letras da Universidade Estadual do Goiás, Campus Itapuranga, v. 5, n. 1 - 2015. p. 142. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/buildingtheway>. Acessado em: 09/03/2019.

buscaram entender e compreender sua estrutura, permanência, reprodução e peculiaridades, bem como o cotidiano daqueles que viveram na condição escrava.²⁵

Cumprе salientar que a autora destaca na sua abordagem a significativa contribuição que o comércio e por conseguinte a exploração de gente rendeu para o Brasil, constituindo-se ao longo dos séculos XVI e XIX, como um sustentáculo para a firme consolidação da população brasileira responsável pelo equilíbrio e administração do corpo colonial. Temática que tem levado os estudiosos a promoverem pesquisas e discussões para a compreensão desse empreendimento que se utilizou largamente da posse de diversos povos por aproximadamente três séculos. Os pesquisadores se debruçam sobre a historiografia em busca de compreender as entrelinhas dessa estrutura social que se ergueu por intermédio do regime de domínio do homem sobre o outro. E que culminou por contribuir para a formação e estabilização de uma categoria denominada de elite que se sobrepõe a uma massa humana subjugada.

Esse sistema mercantil, transportou da África em péssimas condições pessoas sujeitas à fome, doenças e aos mais diversos maus tratos como reitera Silva “a captura do negro na África era violenta e a sua jornada para as colônias era de uma situação deplorável”.²⁶ Sobre a situação da travessia dos cativos no atlântico Mattoso enfatiza que,

(...) mesmo que a travessia seja (...), rápida, sem maiores problemas, ainda assim é infinitamente penosa para o cativo. O irmão Carlí descreveu nestes termos um navio carregado com 670 cativos: “os homens estavam empilhados no porão à cunha, acorrentados por medo de que se revoltem e matem todos os brancos a bordo. Às mulheres reservava-se a segunda meia ponte, as grávidas ocupavam a cabine da popa. As crianças apinhava-se na primeira meia ponte como arenques num barril. Se tinham sono, caíam uns sobre os outros. Havia sentinas para satisfazer as necessidades naturais, mas como muitos temiam perder seus lugares, aliviava-se onde estavam, em especial os homens, cruelmente comprimidos uns contra os outros. O calor e o mau cheiro tornava-se insuportável.”²⁷

Vale destacar, que afligiu não somente a categoria social masculina, mas também, as mulheres negras, estas serviram como agentes essenciais para execução das atividades serviçais domésticas, como afirma Baseggio e Silva “os homens, escravos, eram explorados no campo, com um serviço braçal mais bruto. Já as mulheres eram escravas e concubinas das

²⁵ CARDOSO, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: Cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p.11. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2135>. Acessado em: 17/04/2019.

²⁶ SILVA, Jovelina de Sousa Nazário da. *Uma leitura da escravidão em Antonil: visão e posicionamento*. Building the way – Revista do Curso de Letras da Universidade Estadual do Goiás, Campus Itapuranga, v. 5, n. 1 - 2015. p. 142. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/buildingtheway>. Acessado em: 09/03/2019.

²⁷ MATTOSO, Katia M. de Queiroz. No Brasil: ser uma mercadoria como as outras. In _____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.47.

grandes famílias”.²⁸ Os senhores de engenhos se utilizaram da mão de obra escrava feminina para desenvolver atividades nas intermediações da casa grande, tais como, arrumadeiras, mucambas, cozinheiras e, até mesmo, a amas de leite, atividade comum a elas no período colonial.

Mas, a atuação dessas personagens não se restringiu somente as ocupações internas a casa, também compartilhavam dos serviços pertencentes a roça, essa ideia é confirmada na escrita do jesuíta Antonil ao afirmar que “as mulheres usam de foces e de enxada, como os homens (...)”.²⁹ De acordo com a observação do religioso vemos que elas desenvolviam tarefas pesadas, além de se ocuparem dos afazeres no âmbito doméstico. Os estudos sobre escravidão evidenciam claramente que as mulheres negras e indígenas não escaparam dos martírios da prática da escravidão, para além desses ofícios desenvolvidos, eram vítimas da violência física, psicológica e também da depravação sexual. Então, a classe social feminina escrava foi, por sua vez, vítima de uma série de configurações abusivas, para além do trabalho, teve a incumbência da satisfação sexual.

Quanto a essa realidade de exploração na América portuguesa Ribeiro adverte que “a negra-massa, depois de servir aos senhores, provocando às vezes ciúmes em que as senhoras lhes mandavam arrancar todos os dentes, caíam na vida de trabalho braçal dos engenhos e das minas em igualdade com os homens”.³⁰ A argumentação do autor deixa claro a situação de constrangimento em que as mulheres negras escravizadas eram expostas, estas eram submetidas a exploração da sua força de trabalho, tanto, no engenho como nas minas, sendo que, também eram exploradas sexualmente e vítimas da violência física por parte de suas senhoras.

De acordo com a historiografia, as fazendas de açúcar ou minas de ouro na América portuguesa fizeram largo uso dos escravos para o acúmulo de capital, sem se preocupar em tratar com humanidade os sujeitos cativos, estes sujeitos eram submetidos a pior forma possível de tratamento. Exerciam longas jornadas de trabalhos e recebiam alimentação e vestimentas de má qualidade, além de sofrerem constantemente castigos de natureza física e

²⁸ BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. *As condições femininas no Brasil colonial*. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. p. 04. Disponível em: <file:///C:/Users/Carleide/Downloads/1379-2208-1-PB.pdf>. Acessado em: 22/04/2019.

²⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessárias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p. 32. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

³⁰ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 163.

psicológica por parte dos seus senhores e capatazes, sendo a prática do açoite o tipo de punição mais recorrente no Brasil colônia. Conviviam em espaços insalubres com pouca ou até nenhuma higienização sob vigilância e até acorrentados para evitar possíveis possibilidades de levante e fuga em massa.

A sociedade escravista na América Portuguesa sofria privação de liberdade das mais diversas formas, entre as mais comuns, estavam a coibição de cultuar seus rituais religiosos, realizar suas festas originários da África e se comunicar nas suas respectivas línguas, tendo em vista a diversidade étnica e cultural que constituía os mais diversos povos que chegaram do continente africano no Brasil. Pois, eram coagidos a seguir as ordens impostas pelos senhores de engenho, aprender a língua portuguesa como o meio de comunicação oficial/legal e seguir a religiosidade católica.

Em meio a esse contexto, é cabível assinalar, que mesmo diante de todas as ordens e limitações impostas a comunidade cativa, esta não se curvou pacificamente diante da política de escravização. Utilizaram da prática da resistência de diversas formas, dentre elas, a perpetuação da cultura, pois realizavam as escondidas seus rituais, suas festas, conservaram suas performances artísticas e até desenvolveram estratégia e técnicas de auto defesa como a instituição da luta de capoeira mecanismo arquitetado como uma arma contra o caráter de servidão vivido, e também a fuga foi outro elemento utilizado como “(...) estratégia mais direta e violenta para resistir ao cativo. Na vivência cotidiana, escravos buscaram várias “brechas” na sociedade escravocrata para manter sua autonomia”.³¹ Os sujeitos subalternos não perderam sua condição de agente sociais ativos em meio ao regime escravista, pelo contrário, essa classe social construiu ao longo do tempo seu lugar na história. Pois,

segundo os diversos autores que buscaram entender a formação da sociedade escravista brasileira, como Maria H. Machado, Sidney Chalhoub, Hebe M. Castro (...), (...) predominaram as relações coercitivas entre senhores e escravos, tendo o conflito estado presente entre os diversos segmentos sociais e explodido, em determinadas circunstâncias, em reações violentas. Contudo, ao lado dos conflitos inerentes ao sistema escravista, transcorriam acordos e negociações que equilibravam a sociedade, ao mesmo tempo que amenizavam as tensões.³²

³¹ ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. *O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista*. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 23-56. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books. p.26 Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333-02.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

³² CARDOSO, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: Cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p. 38. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2135>. Acessado em: 17/04/2019.

Da acordo com o estudioso, podemos perceber a existência de relações coercitivas presente nessa sociedade, porém, não existia somente o tratamento violento do senhor para com o escravo, mais também como afirma Cardoso, “ao lado dos conflitos inerentes ao sistema escravista, transcorriam acordos e negociações que equilibravam a sociedade, ao mesmo tempo que amenizavam as tensões”³³ atitudes que contribuiram para a criação de um vínculo de relacionamento de certa forma amistoso entre a elite dominante e a classe social subordinada.

Sobre isso, João Fragoso argumenta que:

Segundo a documentação cartorária e os registros de batismo, por exemplo, alguns cativos tinham a possibilidade de formar famílias estáveis, ter lote de terras e acesso ao beneficiamento de suas colheitas domésticas. Da mesma forma, segundo relatos coevos, os escravos defendiam, em meio aos embates entre senhores, não só a vida dos seus donos, mas também as suas. Parece-me que uma das maneiras do estabelecimento dos pactos entre senhores e escravos era a linguagem do parentesco fictício ou compradio. Através dele se estabelecia compromissos de lealdade e de proteção, de cliente e patrão, ou seja, trata-se de uma linguagem de negociação (...). No ambiente da escravidão, o parentesco e a clientela se combinavam com a produção de hierarquias, mas não de qualquer hierarquia. (...) existia uma preocupação senhorial de que o compradio dos escravos ocorresse num ambiente de endogamia, ela devia ocorrer, preferencialmente, entre parceiros da mesma propriedade ou sob a tutela do mesmo senhor. Isso, em tese, reforçava a lealdade dos cativos diante de seus donos.³⁴

Podemos perceber que mesmo em meio a predominância do controle sobre os povos africanos, alguns destes tiveram de alguma forma a oportunidade de constituir famílias, até mesmo conseguir propriedades de terras e beneficiar suas próprias colheitas, ou seja, poderão alcançar um estado de vida relativamente estável. Também existe um elemento que se fez presente na sociedade escravista que é o “parentesco fictício ou compradio”, este tipo de relação contribuiu para a existência de uma vivência baseada na negociação entre senhores e escravos.

O sistema administrativo escravista controlado por uma minoria possuidora do poder político e econômico. Usurpou por vários séculos a força de trabalho de milhares de viventes, arrancados de suas terras e levados contra sua própria vontade para os mais diversos espaços

³³ Ibid, p. 38.

³⁴ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 265-266.

do planeta para servir como mão de obra geradora de riqueza. Sendo desvinculados dos seus laços familiares, comunitários e postos como mercadorias a serem comercializadas.

(...) o negro africano é um “capturado” extraído do seu meio social, e como tal permanecerá até ser metido na sociedade escravista, e essa inserção será tanto mais difícil porquanto a captura foi violenta brutal, rompeu todo o seu relacionamento anterior, todas essas ligações que forma o indivíduo social, com laços familiares de clã e comunidade.(...) o escravo se torna em coisa, objeto, mercadoria.³⁵

De acordo com Vainfas, os senhores de engenhos não enxergavam a prática da prestação de serviço compulsório nos espaços coloniais como uma questão problemática, ao contrário, esse sistema de administração baseado na exploração humana funcionava como uma fonte alternativa de produção latifundiária e conseqüentemente de consolidação do domínio sobre a colônia, além da aquisição de escravaria representar sinal de prestígio, garantindo honras e riqueza aos que se adentravam na classe senhorial, conforme afirma Vainfas *apud* Ferreira,

(...) possuir escravos, antes de qualquer coisa, eis o meio indispensável para se firmar na colônia. O morador honrado era o que podia sustentar sua família sem desempenhar qualquer trabalho, e tanto mais rico seria quanto mais escravos possuísse. Honra e riquezas (fazendas) eram privilégios garantidos aos que ingressavam na classe senhorial.³⁶

A partir da concepção do Vainfas, pode-se inferir que o trabalho na colônia era visto como incumbência dos escravos, tidos pelos seus senhores como peças imprescindíveis para a constituição do desenvolvimento e conseqüentemente enriquecimento do Brasil, além do fato de ser dono de escravaria representar status social.

Em meio a esse regime trabalhadores negros escravizados conseguiram quebrarem paradigmas e tornarem-se livres por meio da aquisição da carta de alforria, esta poderia ser adquirida por meio da compra em valor monetário, os indivíduos ralavam arduamente para juntar recursos e comprar sua liberdade, ou também poderia ser obtida pela concessão gratuita sob a condição do alforriado continuar servindo ao seu senhor, assim, “a carta de alforria era uma conquista das pessoas escravizadas a partir de muita negociação e

³⁵ MATTOSO, Katia M. de Queiroz. No Brasil: ser uma mercadoria como as outras. In_____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.101.

³⁶ FERREIRA, Mendell Barreto. *O papel da igreja frente à escravidão indígena e africana nos séculos XVII e XVIII: um olhar sob a perspectiva dos padres Antonio Vieira e João Antonio Andreoni (Antonil)*. Juiz de Fora, 2011. p. 21. Disponível em:<http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2011-O-PAPEL-DA-IGREJA-FRENTE-%C3%80-ESCRavid%C3%83O-IND%C3%8DGENA-E-AFRICANA-NOS-S%C3%89CULOS-XVII-E-XVIII-UM-OLHAR-SOB-A-PERSPECTIVA-DOS-PADRES-ANTONIO-VIEIRA-E-JO%C3%83O-ANTONIO-ANDREONI-ANTONIL.pdf>.

persistência construídas nas relações cotidianas”³⁷. Pode-se inferir, que essa categoria social vítima da servidão, não permaneceu passiva diante do sistema, procuravam estabelecer articulações e conseqüentemente assegurá-lhes o lugar de atuação diante da política escravista.

Sobre essa capacidade de agência dos subalternos, Silva reitera que,

(...) devemos perceber os escravizados como sujeitos de suas ações, pois mesmo a sociedade escravista percebendo o africano e seus descendentes como “coisas”, nunca pôde tirar deles sua condição humana e sua capacidade de pensar; assim sendo, mesmo na condição de escravizado, mas ao mesmo tempo como humano, homens e mulheres escravizados lutaram de formas diversas para verem-se livres das amarras da escravidão.³⁸

A classe social submissa mesmo diante de um sistema que os classificava como meras mercadorias, negando-lhes o estado de ser humano capaz de conduzir sua própria vida, essas pessoas não perderam a condição humana e sua aptidão de pensamento, mesmo na condição de servil homens e mulheres resistiram, subverteram ordens e lutaram contra a escravidão. Porém, sabemos que a triste realidade é que a sonhada carta de alforria não permitia alargar seus horizontes de oportunidades, mesmo na condição de negro livre permanecia convivendo com o preconceito e conseqüentemente a exclusão social, pois a sociedade restringia o espaço de atuação para essas pessoas, aspecto de um estigma que ainda se reflete na nossa atual conjuntura social.

Acerca da capacidade de ação da população negra escravizada segundo Macedo *apud* Fragoso e Guedes,

(...) quando foi possível, compraram alforria, tornaram-se, na condição de libertos, senhores de escravos, tal como seus descendentes. Evidentemente, tal patamar de mobilidade social — de senhor de homens — não foi acessível a todos, mas tampouco foi uma exceção. Houve forros e egressos do cativeiro prósperos, sobretudo mulheres.³⁹

³⁷ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. *O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista*. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 23-56. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books. p.28. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333-02.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

³⁸SILVA, Rodrigo Caetano. *As cartas de alforria: compras e concessões por livre e espontânea vontade*. Parte de dissertação de mestrado apresentada no XXIX Simpósio de História Nacional com a temática: Contra os preconceitos: história e democracia, 2017. p.14. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501722337_ARQUIVO_ArtigoRevisado-AsCartasdeAlforria.pdf. Acessado em: 27/04/2019.

³⁹FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2ª edição, 2017. p.37. Disponível em:

É notável que mesmo em índice diminuto homens e mulheres conseguiam ascender socialmente. Então é importante percebermos o protagonismo desses sujeitos e até mesmo a possibilidade de chegar a administrar contingente de pessoas negras sob domínio.

Portanto, o período colônia no Brasil é caracterizado pela historiografia como um espaço em que a instituição social escravista se tornou o sistema que imperava como pilar de sustentação da colônia brasileira e do Governo Português. Dessa forma, o jesuíta Antonil concebe as relações sociais estabelecidas nessa sociedade escravista, bem como a sua organização, fazendo uma descrição como afirma Marquese da maneira como conduzir o sistema baseado na exploração do trabalho humano para a manutenção do Império. Para além de mostrar um território produtivo e com alto potencial em riquezas minerais que teve suas potencialidades exploradas por intermédio da prestação de serviço compulsório de centenas de pessoas. Pois, a população negra foi protagonista por desempenhar as mais diversas atividades, muitas delas árduas, além da submissão que era imposta sobre essa categoria social, situação que desencadeou ao longo da história uma resistência, abrindo caminho para a valorização e reconhecimento dessas populações como formadoras do povo e da identidade do Brasil.

CAPITULO II - BRASIL NO SÉCULO XIX: HENRY KOSTER E SUAS IMPRESSÕES

2.1 Configuração brasileira no período oitocentista

A conjuntura histórica brasileira do início século XIX é permeada por uma série de transformações. Logo nos primórdios do período, a colônia americana se depara com o episódio da transferência da família real portuguesa que cruzou o atlântico em direção a américa fugindo da política expansionista de Napoleão Bonaparte, que já havia estendido seu domínio sobre boa parte da Europa e estava prestes a ocupar Portugal. Diante disso, a instalação do aparelho burocrático da metrópole no Brasil, emergiu medidas como abertura dos portos as nações amigas, a assinatura de tratados comerciais e a criação de instituições financeiras, acontecimentos que contribuíram para que estado brasileiro nos seus últimos anos na condição de colônia de Portugal começasse a tomar novos contornos. Como é salientado a seguir,

a instalação da corte portuguesa no Brasil em 1808 provocou uma singular e profunda alteração na estrutura administrativa luso-brasileira, particularmente a partir da montagem de um vasto instrumental político-institucional que se criava com o objetivo de adaptar os domínios coloniais à nova conjuntura, mesmo considerando-se que se tratava de um processo já em curso desde o desenvolvimento da política pombalina, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro era já a capital dos domínios portugueses na América, abrigando, desde 1763, a sede do governo e residência oficial dos vice-reis do Brasil.⁴⁰

Mediante essa configuração, a historiografia apresenta vestígios de alterações em vários aspectos desde aqueles que compreende uma nova dinâmica na estrutura administrativa com a centralidade política, até as modificações de ordem econômicas, os modos, costumes, hábitos, inovações comerciais e na própria dimensão organizacional da estética das cidades, sobretudo, do Rio de Janeiro local que se tornou a sede do governo real. O espaço “em que a corte se estabeleceu, passou por uma série de transformações urbanísticas para melhor acolher a Família Real. Todas essas mudanças influenciaram a vida das pessoas e um novo modelo de vida passou a ser vivenciado no Brasil (...)”.⁴¹

⁴⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. p.731. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatimagueveia>. Acessado em:31/05/2019.

⁴¹ ALVES, Solange Mouzinho; ROCHA, Solange Pereira da. *As mulheres na visão de um viajante inglês – século XIX*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. II Seminário Nacional Gênero e práticas culturais:

A presença da Corte transformou os hábitos da cidade e da população que circulava pelo centro da cidade, área que compreendiam as ruas próximas ao porto até os arredores do campo de Santana. A rua do ouvidor ficou repleta de lojas que comercializavam os artigos europeus, principalmente, aquele ligado à moda. Nesses espaços vendiam-se tecidos inglês aos perfumes franceses, e passam a ser frequentado por mulheres, que iam á procurar dessas novidades trazidas da Europa. As ruas da cidade, então, tornaram-se espaços acessíveis a todos, pois juntos com as mercadorias circulavam homens e novas ideias.⁴²

Neste período a sociedade brasileira se encontrava organizada sobre uma estrutura eminentemente rural, inclusive, as atividades rurais eram praticamente a base da economia do país e a escravidão vigorava como uma prática comum na sociedade. E quanto a urbanização, boa parte da população vivia em zonas urbanas, porém a vida nas cidades era uma realidade que ainda estava em seu estágio inicial e em virtude disso, a organização do espaço urbano se encontrava pouco elaborado. As impressões sobre o Rio de Janeiro é que,

a cidade apresentava-se extremamente modesta e acanhada, com ruas de terra, sujas, maltraçadas e descuidadas, prédios insignificantes e pobres moradias, sem mencionar o mau cheiro, a hostilidade do clima tropical, a algazarra e a falta de modos e higiene de uma população composta, em sua maioria, por negros e gente mestiça.⁴³

Na mesma perspectiva de Fragoso e Gouvêa sobre os ares da paisagem urbana, a historiadora Mary Del Priore concebe esta, como um espaço bem modesto. A chegada da família real ao país em 1808, foi um evento que resultou por trazer as primeiras alterações no modo de vida brasileiro. Embora, antes da vinda da corte, a cidade do Rio de Janeiro capital da colônia já havia se tornado o principal centro urbano da América portuguesa, ou seja, “constituía o principal porto do Brasil, com uma intensa atividade comercial, articulando a metrópole, o litoral nordestino, o sul, e até mesmo a região do Prata” .⁴⁴ Mas, mesmo assim, no início do século XIX possuía uma estrutura urbanística com característica tipicamente

culturas, leituras e representações. p. 05. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/500.pdf>. Acessado em: 30/9/2019.

⁴² *Rio de Janeiro: uma cidade em mudança*. PUC – Rio – Certificação Digital N° 0610395/CA. p.19-20. Disponível em:https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13593/13593_3.PDF. Acessado em: 21/09/2019.

⁴³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. p. 741. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatimagouveia>. Acessado em:31/05/2019.

⁴⁴ FONTES, Sílvia Drumond Silva. *A Corte Portuguesa no Brasil*. 2007. p.03.

Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/acorteportuguesanobrasil.pdf>. Acessado em: 23/09/2019.

colonial, delineada por ruas estreita, residências desprovidas de conforto e péssimos serviços públicos.

Apesar das novidades que chegavam da Europa, dos prédios públicos construídos e das mudanças de velhos costumes, a cidade matinha as características coloniais, marcada, sobretudo pela presença da escravidão. Praticamente todos os serviços eram realizados por escravos: o abastecimento de água das casas, a retirada de dejetos, a venda e mercadorias, os serviços domésticos e os da lavoura, todos praticados pela mão de obra escrava.⁴⁵

Com a migração da comitiva real para a colônia, esta vai vivenciar a implementação de medidas que trouxe aspectos estruturais nos moldes europeizados principalmente para a cidade do Rio de Janeiro espaço de estadia do aparelho governamental, mas é importante salientar que essa ação de disseminação e incorporação de elementos estrangeiros não se restringiu somente a capital, isso repercutiu em outras cidades brasileira com Recife, Salvador e dentre outras. Nesse sentido, a preocupação com os melhoramentos urbanísticos em construir um espaço com as fisionomias da “civilidade” europeia, resultou na adoção de,

(...) hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio a Lisboa. Multiplicaram-se obras em quase todas as ruas, novas habitações foram construídas com a fisionomia de residências europeias. O comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da Corte, emprestando a cidade ares de uma capital europeia. Foi criada em 1808 a Intendência Geral da Polícia, nos moldes da existente em Lisboa, cuja função era de policiar a cidade, no sentido de aproximá-la da “civilização”, e também cuidar da urbanização, controlar espetáculos e festejos públicos e solução de conflitos conjugais, familiares e de vizinhança. Apesar de possuir jurisdição em todas as capitanias, suas atividades acabaram se concentrando na capital. A grande preocupação deste órgão era a divulgação de idéias revolucionárias e, neste ponto, sua atuação abrangia outras regiões.⁴⁶

Então podemos perceber, que a instalação da corte Portuguesa no Brasil, promoveu uma adequação do ambiente nos moldes europeus para atender as suas demandas, além de levar a população local a incorporar e imitar as tendências da corte, bem como os padrões habituais e de comportamentos. Após a chegada na colônia brasileira, Dom João cuidou de imediato implantar um sistema administrativo na América. “Foram instalados importantes

⁴⁵ *Rio de Janeiro: uma cidade em mudança*. PUC – Rio – Certificação Digital N° 0610395/CA. p.20. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13593/13593_3.PDF. Acessado em: 21/09/2019.

⁴⁶ FONTES, Sílvia Drumond Silva. *A Corte Portuguesa no Brasil*. 2007. p.4-5. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/acorteportuguesanobrasil.pdf>. Acessado em: 23/09/2019.

órgãos administrativos do Estado português: os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros e o da Marinha e Ultramar; os Conselhos do Estado e o da Fazenda, o Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens”.⁴⁷ Para além disso,

Dom João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e a Academia Real do Desenho, Pintura, escultura e Arquitetura; fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e ofício, o Banco do Brasil (1808), a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e, ainda, promoveu a fundação da Imprensa Régia no Brasil e a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, responsável por trazer para a América as práticas culturais da Europa.⁴⁸

Percebemos assim, que a transferência da sede do governo lusitano para a América portuguesa, promoveu uma nova configuração na colônia, desde o que se refere aos padrões estruturais, até culturais. Foi transportado e disseminado todo um conjunto de estilo de vida dito “civilizado” e este se misturou com o modo de vida que permeavam os espaços coloniais.

O decreto da abertura dos Portos as nações amigas de Portugal estabelecido em 28 de janeiro de 1808 se constituiu como uma medida econômica inovadora para a colônia, na medida que “implicou a quebra do monopólio comercial de Portugal no Brasil”,⁴⁹ este passou a estabelecer relações comerciais com outros países, inclusive, com a Inglaterra e não mais se restringiu somente a metrópole. Esta iniciativa revelou-se então, como uma alternativa inevitável para garantir outras vias de escoamento dos produtos da colônia e assim assegurar a sustentação da coroa, uma vez que, os portos portugueses se encontravam ocupados pelos franceses e o que restava era procurar outras vias de circulação comercial. Diante desse contexto, foram estabelecidos os acordos comerciais de 1810 compreendidos como o tratado de Aliança e Amizade, que envolvia as questões da política europeia e o tratado de Comércio e de Navegação que abrangia os aspectos econômicos.

O tratado de Aliança e Amizade estabelecia: a Coroa britânica retificava seu apoio integral aos Bragança; a Inglaterra teria direito de cortar madeiras, como o jacarandá e o vinhático, construir navios e manter permanentemente uma esquadra de guerra no litoral brasileiro; o governo português comprometia-se abolir gradualmente o trabalho escravo. De imediato, o tráfico ficava limitado as colônias portuguesas na África. O tratado, de Comercio e Navegação estabelecia: a Inglaterra obtinha o direito de reexportação de gêneros tropicais; seriam criadas *tarifas alfandegárias preferenciais*: os produtos portugueses continuariam pagando os 16% *ad valorem* estabelecidos meses após o decreto de Abertura dos Portos; as

⁴⁷ Ibid, 2007, p.05.

⁴⁸ Ibid, 2007, p.05.

⁴⁹ Ibid, 2007, p.06.

demais nações também permaneciam com as taxas de 24%; e a Inglaterra seria beneficiada com as tarifas mais baixas: 15% ad valorem.⁵⁰

Para além desses tratados instituídos em 1810, e em complemento a Carta Régia “o alvará de 1º. de abril de 1808 aboliu toda e qualquer proibição de instalação das manufaturas no Brasil”,⁵¹ possibilitando o estabelecimento de manufaturas e industriais no Brasil, tais como, fabricação de tecidos, as indústrias extrativas de minerais e dentre outras. Este fato foi, de certa forma, revolucionário, num contexto em que a colônia desenvolvia trabalhos de natureza eminentemente agrícola e mineradora, e a metrópole conduzia com exclusividade a produção e o comércio de manufaturados. Portanto, “a Implantação do Estado absolutista português no Brasil mudou a face da colônia”⁵² e contrariou “o princípio do monopólio comercial”.

Torna-se importante destacar também que as excursões científicas foram um elemento que estiveram presentes nesse contexto. Várias expedições naturalistas circularam pelos territórios que estavam sobre o domínio da Coroa portuguesa em busca de novas descobertas que pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico e científico do império luso. No Brasil, tem-se um número expressivo da presença de empreendimento expedicionário pelos os mais diversos recantos, que procuraram realizar uma espécie de sondagem das áreas visitadas registrando em cartas e diário de viagens os relatos das características físicas desde clima, localização geográfica, paisagem, recursos naturais, aspectos das relações sociais e, enfim, descreviam as configurações dos locais pelos quais trilhavam e os elementos que o compunham. A respeito do percurso das viagens exploratórias o Italiano Vandelli apud Bonato afirma que, “os viajantes deveriam escrever sobre o conhecimento físico e moral dos povos, o ar, os lugares a beira mar, a mineralogia, os rios, fontes minerais e lagoas, o reino das plantas, o reino animal e os insetos”.⁵³

⁵⁰ ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. A Corte mudou-se: o processo de independência. In _____. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. p.98-99.

⁵¹ FONTES, Silvia Drumond Silva. *A Corte Portuguesa no Brasil*. 2007. p.07. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/acorteportuguesanobrasil.pdf>. Acessado em: 23/09/2019.

⁵² ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. A Corte mudou-se: o processo de independência. In _____. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. p.97.

⁵³ BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE Departamento de História – UFPR, Curitiba, 2010, p. 53. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24243/BONATO,%20TIAGO.pdf?sequence=1>. Acessado em: 02/10/2018.

No início do século XIX a colônia brasileira foi alvo das expedições científicas que vinham acontecendo desde o século XVIII, porém, é nos primórdios dos oitocentos que há uma intensificação da presença de naturalistas com formação acadêmica a serviço da coroa portuguesa.

São várias as expedições efetuadas pelos alunos de Vandelli, especialmente no ano de 1783, Joaquim José da Silva foi enviado à Angola; Manoel Galvão da Silva à Índia e à Moçambique; João da Silva Feijó, à Cabo Verde, onde ficou até 1793 como naturalista a serviço da Coroa. Mas, foi sempre o Brasil, o alvo de maior atração. No início do século XIX, Feijó realizou investigações no Ceará, tendo algumas de suas obras publicadas pela Imprensa Régia. Remessas eram enviadas por vários naturalistas que já se encontravam em várias regiões do Brasil.⁵⁴

Assim, após a transferência das instituições administrativas da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a colônia luso-americana passou a ser visitada pelos “naturalistas viajantes, que além de escrever seus diários de viagem, produziram também um vasto acervo de documentos, de minuciosos relatórios científicos com catalogação de plantas, animais e minerais nativos destas terras”,⁵⁵ para além de descrever sobre a sociedade suas interações sociais, hábitos e costumes. Dentre os diversos itinerantes que enveredaram pelas terras brasileiras Henry Koster foi um dileitante, “britânico, que sem qualquer pretensão científica cruzou os umbrais do sertão, produzindo um diário com ricos detalhes sobre a população e a cultura sertaneja”.⁵⁶ Então, como as demais regiões do Brasil o sertão nordestino foi um espaço da América Portuguesa atrativo para a Coroa e aos olhos dos viajantes.

2.2 Henry Koster: itinerário e obra

Realizar um estudo sobre a trajetória de vida de Henry Koster apresenta-se no momento uma tarefa extremamente difícil, em específico, do seu itinerário anterior à sua vinda para o Brasil por conta da inviabilidade de acesso as informações. No entanto, nos debruçamos aqui em fazer uma síntese sobre quem foi esta pessoa, como se deu sua chegada em terras brasileiras, o que motivou a empreender essa viagem, por onde circulou pelo

⁵⁴ COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793/1815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p.31. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20DISSERTA%2087%20830%2028PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

≡y Acessado em: 18/09/2019.

⁵⁵ Ibid, 2013, p.07.

⁵⁶ Ibid, 2013, p.07.

território e no que resultou esta excursão, para isso tomamos como base estudos biográficos de Luís da Câmara Cascudo (1942) e as notas de Alfredo de Carvalho (1930) no arquivo do consulado inglês em Pernambuco.

O viajante Koster era filho de ingleses, nasceu em Portugal, em 1793, mas ainda menino viajou para viver na Inglaterra, porém, sempre demonstrou seu senso de pertencimento perante as duas pátrias. Com um histórico familiar pouco conhecido, sabe-se “apenas, a partir de pequenos trechos de seus relatos, que seus pais e parentes deveriam ser negociantes em Portugal. Sua história pessoal passa a nos ser conhecida a partir do momento que viaja no “Lucy”, de Liverpool às terras brasileiras”.⁵⁷

O Cronista britânico de 25 anos de idade, saiu da Inglaterra em 2 de novembro de 1809 e aportou na América, mais precisamente em terras brasileiras, em 7 de dezembro do mesmo ano, após percorrer tranquilamente trinta e cinco dias de travessia. Acometido por uma enfermidade, a tuberculose, o jovem cruzou o Atlântico na busca de um ambiente com clima favorável para que pudesse se curar. “Amigos e parentes acreditavam na melhora com a mudança de ares, sendo a ele indicado a região de Pernambuco, já que regiões como Portugal e Espanha não poderiam ser pensadas devido à política de Napoleão”.⁵⁸ Contudo, é importante sinalizar que o desejo de deixar a Inglaterra por algum tempo e se aventurar por terras desconhecidas já havia se manifestado antes de contrair a doença, esta foi apenas um gatilho que contribuiu por adiantar sua pretensão. Como é evidenciado no trecho a seguir:

Se minha saúde não tivesse exigido uma mudança de clima, não teria talvez cedido tão depressa ao desejo, frequentemente confessado, de deixar por algum tempo a Inglaterra. Julgou-se de conveniência que partisse imediatamente, e como os portos d’Espanha e de Portugal estivessem fechados aos súditos britânicos, por efeito das circunstâncias sobrevindas na situação política desses dois países, minha escolha recaiu no Brasil e os meus amigos concordaram. Escolhi Pernambuco porque um velho amigo da família estava prestes a embarcar para essa província e várias pessoas me haviam dado as informações mais favoráveis sobre os habitantes e o clima.⁵⁹

⁵⁷ COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793/1815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p. 43. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20DISSERTA%2087%2083O%2028PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

⁵⁸ Ibid, 2013, p. 43.

⁵⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor. In: Koster, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 09-28. 1942. p.29. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305>. Acessado em: 17/01/2019.

Ao aportar no litoral pernambucano Henry Koster começou a observar e imprimir suas primeiras impressões sobre o Brasil, tomando nota sobre a visão panorâmica que pode ter da colina onde se erguia a cidade de Olinda, um pouco mais distante o Cabo de Santo Agostinho do Recife, a Vila de Santo Antônio do Recife e em seguida seu olhar se estende para as características paisagísticas da cidade, observando os aspectos geográficos, como os coqueiros, as árvores, as residências, a organização dos bairros e ruas. Vários elementos chamam a atenção do recém-chegado, dentre eles, as jangadas flutuando sobre o mar, essas simples embarcações causaram-lhe bastante perplexidade, contudo, o que atraiu sua maior atenção causando-lhe “estranheza” foram as maneiras do povo, “assim a sociedade pernambucana passa a ser descrita em detalhes por Koster”.⁶⁰

Após sua chegada e desejoso em conhecer o interior do território, os lugares menos povoados, empreende uma intensa jornada de viagem pelo Brasil, percorrendo os mais diferentes espaços, tanto da capitania pernambucana como das regiões vizinhas. Em outubro de 1810 visita à cidade de Goiania, onde conhece o naturalista Manuel Arruda da Câmara que se encontrava com um estado de saúde já debilitado. Essa primeira viaje se estende até à cidade da Paraíba e retorna de lá para Goiania no Pernambuco.

Mas, o britânico não para somente nessa viagem, curioso para conhecer os mais diferentes ambientes do sertão nordestino, solicita seu passaporte ao Governador de Pernambuco que o concede sem tanta dificuldade, e a partir desse momento, ele passa a ampliar seu itinerário visitando vários espaços das Capitânicas do Nordeste. Temos no Mapa 1 a configuração dos percursos realizados por Henry Koster, em que podemos observar os territórios pelos quais trilhou. O diletante inglês cruzou os umbrais do sertão nordestino, do Recife a Fortaleza, em plena época de seca, e com o olhar atento de observador descreve minuciosamente seu trajeto, desde os desafios enfrentados ao longo da travessia como o estigma da estiagem até as características das regiões por onde passa. Viaja tecendo anotações sobre as paisagens, os animais, a natureza dos terrenos atravessados, os costumes, hábitos, os vestuários, alimentos, produtos, pecuária e acerca da sociedade do sertão. Assim, os relatos do Henry Koster nos apresentam cenários naturais, humanos e urbanos, de lugares que até então, não haviam sido enveredados por estrangeiros.

⁶⁰ COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (17931815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p.44. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%c3%8dSSA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20%28PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

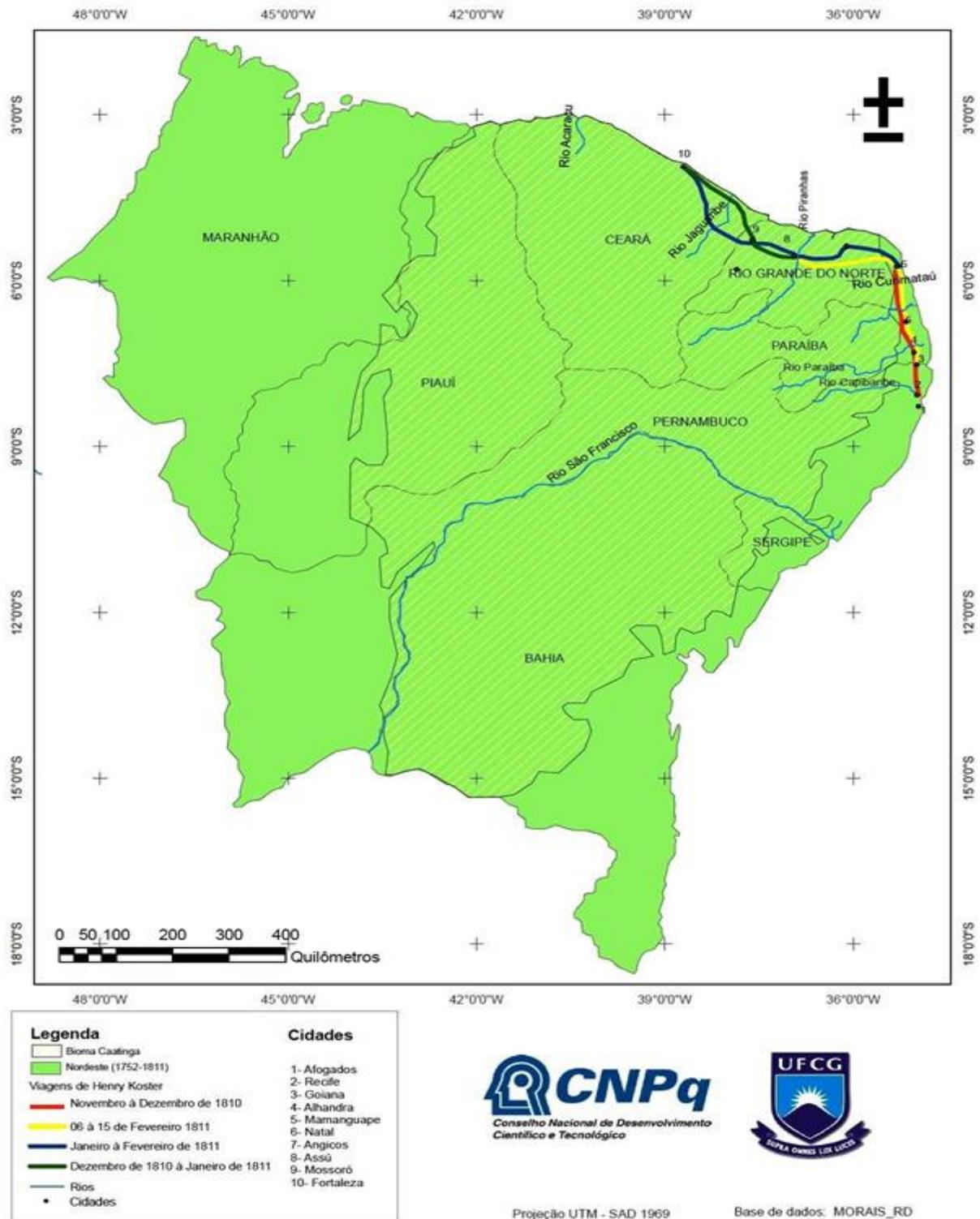
A primeira parte da excursão compreende o percurso de Pernambuco ao Rio Grande do Norte. Em Natal é aconselhado pelo governador a não prosseguir com a viagem, assim, como seus companheiros também tentam convencê-lo a permanecer na cidade e guardar uma época mais tranquila para a travessia do sertão, mas o itinerante não desiste da empreitada, mesmo submetidos a circunstâncias desagradáveis por conta do rigor da estação e aos perigos, ele persiste em continuar a aventura e prosseguiu seguindo até Fortaleza.

O segundo momento da jornada acontece de Natal seguindo para Assú, perpassando a Lagoa do Piató, Mossoró e Aracati até à Vila de Fortaleza. Durante a estadia nessa última área se debruça, assim como fez no decorrer da travessia, em observar e descrever acerca das características da Vila, sinalizando aspectos da geografia situada sobre um solo arenoso, as características do formato da povoação “ (...) quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão”,⁶¹ bem como, o visual das casas simples apenas com pavimento térreo, ruas sem pavimentação e algumas residências possuem calçadas de tijolos. Enfim, tudo chama a atenção do itinerante levando a tecer “um mapa mental da pequena vila a partir da praça central. Uma longa descrição é dedicada à fortaleza que dá origem ao nome da Vila”.⁶² Após 24 dias de estadia na província do Ceará, Koster providencia o retorno à Pernambuco, iniciando o trajeto em 08 de janeiro de 1811, prosseguindo praticamente a mesma rota de sua ida, porém, se deparando com as paisagens modificadas pela chegada das chuvas, configuração que causa estado de admiração aos olhos do viajante a rapidez com que floresce o verde da vegetação.

⁶¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p.164.

⁶² COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (17931815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p.46. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20DISSERTA%2087%2083O%2028PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

MAPA 1 – Itinerário de Henry Koster



Fonte: COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p.45. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20DISSERTA%2087%20830%2028PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

Após chegar ao Recife em fevereiro de 1811, poucos dias depois desse longo trajeto, empreende uma outra jornada, dessa vez, para o Maranhão e por via marítima. Durante sua estadia em São Luiz se debruça em observar o clima, a geografia em que está situada, o espaço urbano destacando aspectos da arquitetura das casas, dos seus habitantes, como também, visita a área litorânea e em 8 de Abril de 1811 parte desta capitania para à Inglaterra aportando em Falmouth em Maio do mesmo ano e seguindo para Londres. “Profundamente impressionado com as paisagens naturais e com as populações que havia visitado, o inglês se manteve em estado de ansiedade pelo retorno às terras do Nordeste do Brasil”.⁶³

Em virtude da estação de inverno da Grã-Bretanha resolve viajar de volta ao Brasil em busca de um clima mais temperado, ancorando em Recife em 27 de dezembro de 1811. Neste retorno, realiza alguns passeios pelo interior da capitania pernambucana na companhia do Capitão-Mór do Bom Jardim em visita a algumas propriedades, que atraiu o fascínio de Koster pela a beleza dos seus campos verdes, a ponto de resolver se torna senhor de engenho, arrendando um deste no Jaguaribe, mas passado alguns tempos se desentende com o proprietário e se desloca para Itamaracá onde ocupa por um bom tempo o engenho de Amparo. Nessa viagem observa a beleza e o aconchego das áreas rurais, a maneira como é organizada as moradias nas propriedades de engenho, a localização e ornamentação da casa-grande, da senzala, a hospitalidade dos senhores e os aspectos culturais das pessoas que coabitam o local. Também ao adentrar Recife percebe as mudanças que havia acontecido comparado ao que visualizou pela primeira vez quando pisou em solo pernambucano, então se debruça descrever as transformações arquitetônicas, as alterações nos modos de comportamento e de se vestir das pessoas, para além fazer referência a organização político-administrativa.

Se passaram alguns anos e nos primórdios de 1815, em exigência ao seu comparecimento na Inglaterra, Koster retornou ao seu país e nessa estadia na sua nação se aproximou do poeta Robert Southey pela afinidade dos assuntos conhecidos por o mesmo e estudados pelo intelectual, e este contato culminou por encorajar o viajante a converter suas anotações de viagem em livro. Sendo assim, o itinerante “deve ser percebido como portador de uma curiosidade autodidata e letrada e de um conhecimento prévio, ainda que não

⁶³ Ibid, 2013, p. 46.

institucional, que autorizavam as suas incursões e o valor dos seus relatos, bem como de certo reconhecimento entre os pares”.⁶⁴

É importante ressaltar que as anotações sinalizadas no decurso de suas andanças foram revisadas, na biblioteca de Robert Southey em que este possuía um rico acervo documental (composto de 14.000 volumes), situada na residência abrigadora de Greta Hall, Keswish, no Cumberland. Provavelmente tenham consultado relatos de outros viajantes ou documentos de outra natureza e possivelmente tenham alterado aspectos classificados como pouco significativos para atrair o interesse dos leitores.

Robert Southey, poeta laureado da Inglaterra, possuía conhecimento de vários idiomas como italiano, alemão, francês e latim para além do inglês e português. Viajou mais de uma vez a Portugal, mas não cruzou o atlântico em direção ao Brasil, porém, mesmo sem conhecer a América produziu uma obra chamada “History of Brazil”, publicada entre 1810 -1819. Para desenvolver este trabalho utilizou-se no terceiro volume de algumas partes das observações de Koster, como outros fizeram “que nunca vieram o país, mas se consideraram capazes de escrever sobre ele”.⁶⁵ Assim, Southey constrói uma história do Brasil a partir da leitura de relatos e de um ponto de vista europeu como afirma Maria Odila da Silva Dias, e “foi um escritor envolvido com o Romantismo e com as ideias iluministas do século XVIII”.⁶⁶

O fato é que a visão implícita na História do Brasil de Southey não seria mais europeia ou europeizante do que a própria visão dos estadistas fundadores do Império. Elaborada na Inglaterra, por um poeta romântico marginalizado e profundamente imbuído dos valores da ideologia conservadora da contrarrevolução, sua obra faria com que a história colonial brasileira fosse pela primeira vez integrada no contexto da moderna civilização europeia, de um prisma ambíguo de crítica ao capitalismo industrial, a partir de uma perspectiva tradicionalista e agrária, e ao mesmo tempo afirmativa através de uma conceituação evolutiva e organicista da história, da superioridade das tradições e das instituições europeias a serem implantadas nos trópicos.⁶⁷

⁶⁴ Ibid, 2013, p. 46.

⁶⁵ OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. *Livros de Viagem: relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato*. (Dissertação de Mestrado, em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 23. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2867>. Acessado em: 09/10/2019.

⁶⁶ Ibid, 2006, p.24.

⁶⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Roberto Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974. p. 03. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/392/1/344%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em: 18/10/2019.

É obviamente perceptível, que a visão de Southey não difere dos demais letrados que lhe é contemporâneo, apropria-se dos conceitos, padrões e concepções de mundo de sua sociedade como chave de interpretação para descrever espaços diferente do seu e que só havia conhecido pelo que leu de outros homens do seu tempo.

O conjunto de relatos construído por Henry Koster foram reunidos e publicados pela primeira vez em Londres, em 1816, com o título de *Travels in Brazil*, tendo a posteriori publicações em outros países como Estados Unidos e Weimar (França), em 1817, em Paris, em 1818 e em Leipzig (Alemanha), em 1831. No Brasil o livro só foi publicado em 1942, embora entre 1898 e 1931 já havia sido editado em capítulos, pela *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*.

A obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, é uma produção que se destaca dentre as demais literaturas de viagens daquela época, por se tratar de um autor que não era vinculado as instituições científicas europeias do século XVIII e XIX, que investiram em um projeto expansionista enviando viajantes naturalistas muitos deles de formação acadêmica, afim de realizar espionagem dos territórios colonizados e conseqüentemente conhecer as potencialidades dessas terras, ou seja, as riquezas naturais presente nesse território. Diante desse contexto, é valido salientar que Koster foi um viajante curioso, porém, “não veio ao Brasil em busca de contribuir à Coroa Portuguesa ou qualquer outra instituição, com observações e análises pré-programadas e atreladas aos objetivos das ciências em relação à natureza da porção Norte da América Portuguesa”.⁶⁸

Uma outra especificidade encontrada nas inscrições do viajante britânico é a vasta produção sobre o Sertão, este se debruça sobre uma escrita acerca do interior do nordeste que não é costumeira em outros viajantes, pois Koster realizou a empreitada de atravessar o sertão, por duas vezes, o que lhes proporcionou a oportunidade de observar a região, tanto, na época da seca como na estação chuvosa, uma trajetória que poucos itinerantes se dispuseram a fazer.

O livro de Koster teve sua primeira edição no Brasil, em 1942, sob o direcionamento do tradutor Luís da Câmara Cascudo, que se encarregou de escrever o prefácio da obra, para além de fazer uma pequena análise do diário, em que mostra um itinerário das viagens e da vida do viajante britânico, que pouco se conhece em detalhe. E por se tratar somente de um

⁶⁸ COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (17931815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. p.49. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20DISSERTA%2087%2083O%2028PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

prefácio, “Casculo não se estende em um estudo aprofundado das situações e imagens descritas por Koster, limitando-se apenas a apresentar o escritor e seus feitos àqueles que pretendem se aventurar nas linhas escritas por um curioso”.⁶⁹

Ainda em 1816 ano em que o livro é publicado, Henry Koster mais uma vez volta à Pernambuco. E segundo as notas do tradutor, o viajante chegou a testemunhar a Revolução Pernambucana de 1817 em Recife, contudo, ainda não foi encontrado nenhum documento escrito pelo inglês que faça alusão sobre esse acontecimento, pois a única referência que temos de que Koster presenciou esse evento são as anotações tomadas por Casculo no prefácio do livro. Assim, essa afirmação continua sem fonte que possa comprovar sua veracidade. O que nos leva a perceber que Koster demonstra ter muito mais preferência por viajar e conhecer, do que propriamente se interessar em saber o que venha ter sido a Revolução. Também nas suas andanças viajou pelo Rio São Francisco, no entanto, as anotações que possam ter sido feitas a respeito desse percurso se perderam entre o Brasil e a Inglaterra. E por fim, conforme Casculo ao ler inscrições de Alfredo de Carvalho, Koster falece na década de 1820 na capital da Província de Pernambuco, o tradutor também teve acesso a um último registro realizado por James Henderson em que relata acerca do debilitado estado de saúde do viajante. Dessa forma, de acordo com as informações disponíveis até o momento o naturalista foi vitimado pelos males respiratórios que o motivou à sua vinda ao Brasil.

⁶⁹ Ibid, 2013, p. 49.

CAPITULO III - DUAS VISÕES DO ESCRAVISMO COLONIAL: HENRY KOSTER E ANDRÉ JOÃO ANTONIL

3.1 Cotidiano escravista

Na coleção denominada, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Henry Koster se debruça em registrar suas experiências e impressões vivenciadas no decorrer de sua trajetória pelas várias capitanias do Brasil no início do século XIX. Ao analisar os discursos do viajante inglês no qual versa sobre uma série de elementos captados nos espaços pelos quais percorreu, dedicamos nesse trabalho analisarmos a visão concebida pelo itinerante sobre alguns aspectos da escravidão brasileira.

Sobre a sociedade oitocentista dos primórdios do século XIX, Koster sinaliza uma série de aspectos que caracteriza as relações estabelecidas no cotidiano escravista. Ao iniciar o capítulo XVIII do seu livro no qual tece considerações relacionada a constituição da população, observa a miscigenação que se constituía o corpo social, sinalizando acerca do contato instituído no novo mundo, especificamente no Brasil, entre europeus, índio e negros resultando na construção de uma sociedade eminentemente plural. O perfil do público brasileiro é delineado pelo autor da seguinte forma:

A população livre no Brasil é constituída presentemente de Europeus, brasileiros, isto é, a raça mestiça de brancos e pretos, e todas as variedades que podem nascer desse ramo; mamalucos, isto é, mestiços de brancos e indígenas, com todas as suas variantes, indígenas em estado de domesticidade, que são chamados geralmente "caboclos", e os que ainda se conservam na vida selvagem, e que são comumente denominados "Tapuias"; negros nascidos no Brasil e os Africanos alforriados, finalmente os Mestizos, casta de indígenas e negros.⁷⁰

E é importante sinalizar que, para além do viajante caracterizar a pluralidade étnica com que se constituía a população em meandro do século XIX, ainda é necessário atentarmos para a maneira como se refere aos indígenas, pois descreve aqueles povos que estavam comumente habituados ao convívio ou a contactar com os europeus de “indígenas em estado de domesticidade” denominando estes de “caboclos” e aqueles que se encontravam distante da comunicação com o homem branco é descrito pelo cronista como “selvagens” e denominados de "Tapuias". Assim, observa-se uma visão iminentemente preconceituosa com

⁷⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 475-476.

relação as populações ameríndias, são concebidas como indivíduos incivilizados e que viviam em um estado de selvageria, desprovidos de senso de humanidade anterior ao contato com a civilização e depois deste se torna seres humanos domesticados.

É válido ressaltar que algumas das percepções construídas por Henry Koster ele não vivenciou pessoalmente, mas escreve com base nos relatos que ouviu em conversas com os moradores dos locais pelos quais passou a exemplo da descrição acerca dos indígenas selvagens, que segundo o viajante “só existem a grande distância da costa de Pernambuco, e, embora vivam ainda perto do Maranhão, são vizinhos temidos e não tive meios de ver um deles sequer”.⁷¹

No tratamento para com os escravos, Koster ao descrever a situação em Pernambuco, concebe as leis brasileiras como relativamente brandas, atribuindo a classe senhorial deste país mais generosidade para com suas escravarias do que os europeus de outras possessões, para o viajante estes últimos alimentavam melhor os seus subordinados, mas exigiam trabalhos mais pesados. Enquanto que nas possessões portuguesas o itinerante sinaliza que,

esse espírito de avareza que faz trabalhar um homem como um animal bruto até que se exgote para qualquer serviço, sem o menor olhar para o bem-estar das criaturas, tratada como uma simples máquina, como se fosse feita de madeira ou de ferro, é raramente visto no país. Exemplos de crueldade existem, e ainda podem ser vistos, mas são frutos de uma perversidade individual e não de uma fria, sistemática, calculada indiferença no emprego dos meios para os fins. Assim deve ser compreendido.⁷²

Imbuído de uma perspectiva antiescravista e mesmo reconhecendo a existência de atos de crueldade, tende a atribuí-los mais a prática de uma ação individual do que a organização de um sistema desumano de exploração. Para ele, as leis relativas aos escravos nas dependências portuguesas tornaram-lhes a vida "menos dura e pensa que a dos degradados seres que arrastam miserável existência sob o jugo de outras nações".⁷³ Vemos uma tentativa de tirar a violência do processo de escravização no Brasil e torná-la menos dolorosa que a praticada em outras nacionalidades a exemplo das colônias britânicas.

Para desmitificar essa apreciação otimista da instituição escravista no Brasil, o abolicionista Joaquim Nabuco faz uma revisão dessa literatura e deixa claro que,

diz-se que entre nós a escravidão é suave e os senhores são bons. A verdade porem é que toda escravidão é a mesma e quanto à bondade dos senhores esta

⁷¹ Ibid, 1942, p. 484.

⁷² Ibid, 1942, p. 479.

⁷³ Ibid, 1942, p. 480.

não passa de resignação dos escravos. Quem se desse ao trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou de escravos ou contra escravos, quem pudesse abrir um inquérito sobre a escravidão e ouvir as queixas dos que a sofrem, veria que ela no Brasil ainda hoje é tão dura, bárbara e cruel como foi em qualquer outro país da América.⁷⁴

Para Herbert S. Klein,

a escravidão foi torpe e brutal em todas as sociedades, e o trabalho arrancado de todos os escravos em toda parte foi duro e muito mais exigente do que se exigiu de trabalhadores assalariados livres. Foi também em geral arrancado, indiscriminadamente, pelo uso de castigos corporais.⁷⁵

Pois, independentemente da maneira como a escravidão operou nos mais diversos espaços, embora tenha suas especificidades, isso não reduz a maleficência com que esta se constituiu, como comenta os estudiosos nas suas respectivas escritas, esse empreendimento foi torpe e bárbaro em todas as nações. A exploração da força de trabalho compulsória constitui-se uma exemplificação da desumanidade com que essa empresa operacionalizou pelas américas, praticando toda sorte de violência e usurpação, revelando-se uma chaga na história da humanidade, que casou danos irreversíveis.

Henry Koster, dedica-se em seus inscritos relatar as atribuições exercidas pelos indivíduos de cor livre. O viajante destaca nos seus fascículos que a população de cor se inseriu no meio social ocupando cargos relativamente considerável, homens provenientes das castas mestiças conseguiam inserção nas ordens religiosas ou nomeação para magistratura, o autor sinaliza que presenciou a existência de Regimentos militares com todos os oficiais e praças de ascendência mestiça, esses agrupamentos de milícias eram denominados de Regimentos dos Mulatos. “Os oficiais superiores são proprietários e o coronel, como os demais dos outros Regimentos, só deve obediência ao Governador da província”.⁷⁶ Percebe-se que, mesmo diante de um modelo administrativo escravista e excludente que presava pelo ideal de branquitude, esses povos construíram seu espaço de atuação e protagonizaram sua condição de sujeitos sociais ativos. Como é exposto abaixo.

O último coronel do Regimento mulato do Recife, de nome Nogueira, foi a Lisbôa e regressou a Pernambuco com a Ordem de Cristo que a Rainha lhe

⁷⁴ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo: Conferências e discursos abolicionistas*. Instituto Progresso Editorial, S. A São Paulo, 6 de junho de 1949, p. 116.

Disponível em: file:///C:/Users/Carleide/Downloads/024049-7_COMPLETO.pdf. Acessado em: 15/11/2019.

⁷⁵ KLEIN, Herbert S. “A experiência Afro-Americana numa perspectiva comparativa: A situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas”. In: Revista Afro-Ásia, 45 (2012). p. 99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n45/a04n45.pdf> Acessado em: 15/11/2019.

⁷⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 481.

havia conferido (11). Um dos homens principais em uma dessas provincias é filho de branco com mulher de côr. Recebeu educação excelente, tendo uma disposição generosa e sentimentos acolhedores para todos os assuntos. Foi feito coronel e recebeu um grau de nobreza, e o Regente foi padrinho de um de seus filhos.⁷⁷

O trecho acima exemplifica, o protagonismo exercido pelos indivíduos de cor, e que inclusive, conseguiram ascender socialmente e alcançar cargos de elevado prestígio. Segundo Koster, “muitos dos poderosos agricultores de Pernambuco e os ricos moradores do Recife são homens de côr. A maioria dos melhores artesões é também de sangue mestiço”.⁷⁸ Então, pode-se perceber que esse componente social de cor conviveu lado a lado com a população branca e especialmente fizeram parte do extrato social de alto poder aquisitivo, para além de dominar o desenvolvimento de atividades artesanais como é reiterado na descrição do inglês.

Os negros-livres é outra categoria social descrita pelo autor, que assim como os mulatos também possuíam Regimentos militares, porém, por conta do tom de pele negra eram subjugados incapazes de servir nos Regimentos de Linha, e assim eram permitidos servirem apenas em unidades militares privativas. Uma outra restrição imposta a essa classe é que “os negros-creolos do Recife são de um modo geral, operários de todas as profissões (...)”,⁷⁹ entretanto não conseguiram ascender socialmente, torna-se negociantes, agricultores e por conseguinte alcançar classes sociais altas como também eram excluídos do sacerdócio. Assim, alguns tiveram a oportunidade de acumular “consideráveis somas de dinheiro”⁸⁰ e possuir escravos aos quais lhes ensinaram seus ofícios e outras habilidades para obtenção de uma maior rentabilidade.

Sobre esse contingente de negro-livre, encontra-se o seguinte discurso:

Vi um destacamento de um desses Regimentos no Recife, acompanhando a procissão de Nossa Senhora do Rosario, padroeira dos pretos. Vestiam uniforme de fazenda branca, orlado de escarlate, e davam impressão magnífica. Apresentaram-se com toleravel disciplina e pareciam dedicar-se ao seu dever pela forma melhor que lhes era possível. Agiam com os modos do perfeito zelo e desejo de causar sucesso. Era o mais belo corpo militar de quantos tive oportunidade de ver nesse país. Nos dias de gala os oficiais superiores pretos com suas fardas brancas, vão apresentar suas saudações ao Governador, exatamente da mesma maneira que as pessoas de outras raças e as altas representações de iguais classes são convidadas.⁸¹

⁷⁷ Ibid, 1942, p.481.

⁷⁸ Ibid, 1942, p. 481-482.

⁷⁹ Ibid, 1942, p. 486.

⁸⁰ Ibid, 1942, p. 486.

⁸¹ Ibid, 1942, p. 485-486.

O viajante presenciou em Recife a procissão de Nossa Senhora do Rosário, sendo acompanhada pelo corpo militar integrado por negro e esse ato chama a tenção de Koster deslumbrando o seu olhar de tal modo, que ele afirma ser o mais belo corpo militar que teve a oportunidade de ver no país. E ainda pondera sobre a participação desses oficiais pretos nos dias solenes, pois nesses momentos festivos se apresentavam da mesma forma que as demais pessoas externando saudações ao governador, ou seja, nessas ocasiões são convidados a prestigiar juntamente como outras classes sociais de alta representatividade.

Encontra-se, nas descrições do itinerante referências sobre os vários dias santos reconhecidos legalmente pela Religião Católica, em que nesses dias os escravos ficavam isentos de prestar serviço para seu senhor, podendo descansar ou trabalhar para angariar alguns recursos em proveito próprio. Nesse sentido, Koster e Antonil se aproximam em suas percepções ao enxergar que a escravaria gozava de momentos de folgas nos dias santos, o religioso adverte que “os domingos e dias santos de Deos, elles os recebem: e quando seu senhor lhos tira, e os obriga a trabalhar, como nos dias de serviço, se amofinão, e lhe rogação mil pragas” p.34.⁸² Segundo Koster, os escravos gozavam desses dias de folga da maneira que lhes melhor convinha e raramente tinham seus direitos restringidos. E esse período de afastamento das atividades laborais cotidianas, permitiam os indivíduos captar alguns pecúlios, que por sua vez, parte deste pertencia ao senhor.

Porém, Koster argumenta, que não recorda “um só exemplo de um amo tentar apossar-se desses proveitos tão penosamente adquiridos”.⁸³ Os indivíduos subordinados negociavam a compra da carta de alforria ao seu senhor, que em vários casos ocorria de fato a aquisição da carta, a pessoa se tornava livre e em outros casos não, pois os senhores se recusavam de se desfazer de um indivíduo escravizados de expressão valorosas. Diante dessa situação, acontecia que casos dessa natureza eram levados aos tribunais, contudo, dificilmente um escravizado conseguia êxito em um processo judicial contra seu subordinador. Ainda concernente a questão da alforria no Brasil, o britânico chama a atenção para o fato de que,

geralmente não há dificuldades quando um escravo solicita sua alforria ao amo, o qual está mais ou menos sabedor, pelos atos de trabalho e assiduidade do seu servo, pelas informações comuns entre a escravaria e pessoas livres da propriedade, de que o indivíduo em questão está juntando dinheiro para

⁸² ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p. 34. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

⁸³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 495.

esse propósito. O amo podia, entretanto, privar o escravo dos frutos do seu trabalho, mas tal não sucede porque o negro esconde seu dinheiro em lugares seguros, ou o entrega a uma pessoa de confiança, e padecerá todas as torturas sem que indique o local onde sua riqueza está oculta.⁸⁴

O trecho acima exemplifica, que a posse da alforria não era um elemento difícil de concessão, dado o conhecimento que o senhor já tinha do esforço do seu subordinado para conseguir ser livre. E por mais que houvesse tentativa de coibir a ação dos indivíduos de trabalhar e angariar fundos para a compra da liberdade, isso terminava sendo uma diligência sem sucesso por parte do senhor, por que os escravizados resistiam as imposições e torturas com finalidade de fazê-lo entregar a sua riqueza acumulada. Assim, percebe-se que, os escravizados não perderam sua condição de atuação, mesmo diante de um sistema segregacionista, sob condições de degradação tiveram seu espaço de protagonismo. Diante, da exposição do viajante isso torna-se evidente que o senhor terminava por vezes se curvando mediante a reivindicação do seu subordinante.

O itinerante observa que existia dentro da sociedade colonial escravista, uma configuração de relação de apadrinhamento entre escravos e o corpo social de poder aquisitivo, as mulheres escravas comumente procuravam padrinhos para seus filhos pertencente a categoria de prestígio, “na esperança de que o orgulho que essa gente possui no mais alto grau, as leve a não permitir que os afilhados continuem na escravidão”.⁸⁵ Essa era também uma outra maneira recorrida pelas mães cativas para livrar seus filhotes dos estigmas da escravidão.

Diante desse contexto, o viajante concebe diferenciação quanto a situação de tratamento que os negros escravizados eram submetidos, se referindo a existência de um certo conforto, segundo ele os escravos gozavam de bem-estar, porém, essa situação de comodidade era naturalmente desigual, pois Koster adverte que, “quando uns são condenados a uma existência de esforço excessivo e de miséria, pela natureza das ocupações e o caráter dos amos, outros levam vida relativamente fácil”.⁸⁶ o posicionamento do inglês nos faz pensar na existência de relações de cumplicidades e de que nem todos os proprietários escravistas agiram da mesma maneira, como também, a natureza das ocupações variava, assim nem todos os escravos eram submetidos aos excessos.

Quanto aos maus tratos, segundo o viajante, uma vez chegado ao conhecimento do Ouvidor da província, os senhores recebiam punições com pagamento de multas por essas

⁸⁴ Ibid, 1942, p. 496.

⁸⁵ Ibid, 1942, p. 497.

⁸⁶ Ibid, 1942, p. 497.

ações arbitrárias com seus subordinados negros, mas de acordo com Koster ele não teve conhecimento de outras formas de punições “além dessa insignificante maneira de correção”.⁸⁷ Essa descrição deixa evidência no que concerne a capacidade de agência dos escravizados de que como já mencionando anteriormente, mesmo diante de condições de subalternidade esses sujeitos construíram seu lugar de atuação na história.

Encontra-se, no relato de viagem do estrangeiro uma diversidade de registros sobre as localidades pelas quais passou e ao se referir à vida dos escravos, em especial os que vivem maritalmente, em uma das passagens da sua narrativa aponta,

tenho visto vários casais felizes (tão felizes quanto o podem ser os escravos) com grande número de filhos crescendo ao redor deles. Os senhores estimulam os casamentos entre seus escravos porque o número de crioulos só pode aumentar por meio dessas uniões legais.⁸⁸

Koster através desta citação nos remete a refletir acerca desse estado “feliz”, pode-se pensar, que essa situação notada por ele, fosse reflexo talvez não apenas de uniões oficializadas em consonância com as leis da igreja, mas também poderia ser decorrente da construção de laços afetivos não legítimo sem a aceitação eclesiástica, tanto, entres os escravos como em outras camadas sociais. Pois, devido ser custoso o processo do matrimônio nos moldes da igreja se tornava não acessível a todos, aconteciam uniões em condições de concubinatos. Como pontua Gian Carlo de Melo Silva, um ponto que deve ter passado despercebido aos olhos do Koster com relação ao impulso ao casamento por parte dos senhores, é que nem sempre essa união estaria beneficiando unicamente aos escravocratas, os escravos poderiam aceitar essa imposição do estabelecimento de laços matrimoniais como forma de conseguir melhoria da sua condição dentro da sua corporação “e ter filhos ou não dependeria de uma ação que seria definida pela mulher escrava, o aborto, (...) poderiam ser usadas para que não tivessem filhos e com o tempo passassem a sofrer as consequências da condição escrava”.⁸⁹

Antonil ao dedicar-se em descrever sobre o convívio social no início do século XVIII, mostra também sobre a maneira como a escravaria era tratada. Segundo o autor, alguns senhores se opunha a oficialização de casamentos dos escravos e escravas admitindo uniões

⁸⁷ *Ibid*, 1942, p. 498.

⁸⁸ *Ibid*, 1942, p. 501.

⁸⁹ SILVA, Gian Carlo de Melo. “*Contra os danos morales e physicos*”: família e escravidão no Recife colonial. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p.06. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300669758_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011.pdf. Acessado em: 15/11/2019.

em estado de amasio. Pois, havia proprietários que não faziam casos dessas relações de concubinato e os consentiam, e lhes davam “princípio, dizendo: Tu Fulano a seu tempo casarás com Fulana' e d'ahi por diante os deixão conversar entre si, como se já fossem recebidos por marido, e mulher (...)”.⁹⁰ Assim como Koster, o religioso também demonstra em sua narrativa a instituição de laços afetivos sem necessariamente ter a benção da igreja.

Antonil, ao observar o quadro das relações escravocratas, faz algumas considerações sobre o lazer e as horas de descanso afirmando que,

negar-lhes totalmenté os seus folguedos, que são o unico alivio do seu cativo, he querê-los desconsolados, e melancólicos, de pouca vida, e saude. Portanto não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar, e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do anno, e o alegrarem-se honestamente á tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de N. S. do Rozario, de S. Benedicto , e do orago da capella do engenho, (...) O que se há de evitar nos engenhos he o embriagarem-se com garapa azeda, ou agoardente; bastando se lhes conceda a garapa doce, (...).⁹¹

Para o autor deveria ser concedido momento de descontração, pois os seus folguedos eram os únicos meios de alívio da rotina árdua e que impedir a participação nessas atividades festivas se tornava prejudicial para a vida desses sujeitos, porém a permissão deve ser sem excessividade. Curiosamente podemos perceber na exposição do autor, uma certa tolerância para com os hábitos culturais dos povos colonizados, mesmo sendo um religioso mostra-se tolerante aos costumes tradicionais dos negros.

Ainda, sobre as relações sociais estabelecidas entre senhores e escravos Cardoso declara que,

de certa maneira, a ordem escravista acabou por perceber a necessidade de se preservar a integridade do indivíduo, pois os escravos, além de serem uma mercadoria valiosa, eram também pessoas. Assim, houve um redimensionamento no sistema escravista, ampliando as atitudes dos senhores em relação aos escravos.⁹²

⁹⁰ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p.33. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

⁹¹ Ibid, 1837, p. 36 -37.

⁹²CARDOSO, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: Cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p.38. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2135>. Acessado em: 17/04/2019.

Segundo a autora, mesmo diante do contexto em que um grupo detém controle legal sobre uma massa humana e explorando-a, a administração escravista tende a perceber que os maus tratos demasiados ocasionavam perda financeira para os donos de escravarias e que seria conveniente e lucrativo preservar a inteireza dos agentes escravizados. Esse pensamento vai de encontro com a concepção de Antonil, também demonstra em sua escrita recomendar um “zelo” pelos servos na medida em que faz a seguinte argumentação:

Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres, que andão pejadas, nem dar com páo nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a hum escravo de prestimo, que vale multo dinheiro, e perdê-lo.⁹³

O autor chama a atenção para a não aplicação de castigos excessivamente aos escravos, mas adverte que as punições devem ser moderadas a ponto de não causar morte devido esses sujeitos serem indispensáveis para a execução do trabalho, além de demandarem gastos para a aquisição e manutenção dos mesmos, e assim recomenda poupar a vida dessas pessoas afim de evitar ônus para os senhores. Então, é possível compreendermos que a preocupação em não bater na barriga das mulheres grávidas e não ferir mortalmente os homens representa um cuidado eminentemente ligado a valores econômicos e não a censo de humanidade para com essas pessoas.

As descrições contidas nos relatos do religioso apresentam-se a favor da escravidão, tendo em vista, a influência política e econômica que a instituição religiosa exercia, pois não demonstra contrário ao uso do trabalho de seus semelhantes negros para sustentação da Coroa. Podemos perceber no seu discurso uma concepção de legitimação e condição legal da escravidão para a existência e continuidade prospera da base colonial. Mesmo sendo um religioso e contrário a escravização indígena mostrava-se indiferente diante do caráter de servidão dos negros africanos e que na América sobreviviam a base da coerção e do controle das mais diversas formas.

Antonil deixa transparecer nos seus inscritos que a estrutura escravista na América portuguesa se constitui como um elemento fundamental para a manutenção e desenvolvendo da colônia e da própria Coroa lusitana. Então, percebe-se que ele demonstra ser conivente

⁹³ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p.22. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

com o trabalho escravo, na medida em que discorre acerca da servidão de maneira a fazer pontuações que elege esta como algo necessário para a sustentação econômica do Reino luso.

Podemos evidenciar essa perspectiva do autor a partir do trecho presente no capítulo IX da primeira parte da obra “*Cultura e Opulência do Brasil*” em que afirma o seguinte postulado:

Os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho; porque sem elles no Brazil não he possível fazer, conservar, e augmentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo, com que se ha com elles, depende tê-los bons, ou máos para o serviço. Por isso he necessário comprar cada anno algumas peças, e repartí-las pelos partidos, roças, serrarias, e barcas.⁹⁴

A concepção do jesuíta de acordo com a advertência explicitada na sua escrita não demonstra ser contrário ao sistema administrativo baseado na exploração da força de trabalho humana, pois é perceptível, com aponta Casimiro “(...) o entendimento de Antonil sobre a serventia que tinham, para o senhor, os escravos”.⁹⁵ O seu comportamento diante do cenário econômico fundamentado na prestação de serviço em condição de cativo, apresenta-se como um religioso defensor da utilização da mão-de-obra escrava para o funcionamento dos espaços de produção e desenvolvimento da colônia.

Então diante disso, torna-se cabível acentuar que mesmo “*Cultura e Opulência do Brasil*” sendo uma obra que defende diretamente um posicionamento a favor de um modo de produção escravista, este livro como já mencionado não foi visto com bons olhos pela Coroa de Portugal, como sinaliza Sousa *apud* Silva, a obra foi retirada de circulação por representar risco, tanto, de ordem externa como interna: “os externos são os da força e violência que poderão fazer as outras nações; e os internos são os que poderão causar os naturais do país, e os mesmos vassalos”. Nesse sentido, o governo lusitano concebeu como algo ameaçador para a economia da metrópole a ponto de censura-lo, tendo em vista, o rigor de detalhe com que é redigida as informações sobre os recursos econômicos e seus respectivos manuseios.

Podemos evidenciar na escrita do Antonil que ele é favorável a mão de obra escrava. A maneira como ele concebe a sociedade escravista a afirmando que são os pés e as mãos dos senhores nos faz compreender que o mesmo ver com bons olhos a subordinação dos suplantados ao trabalho compulsório. Ele enxerga o grupo escravizado como uma peça

⁹⁴ Ibid, 1837, p.31.

⁹⁵ CASIMIRO, Ana Palmira Bittenourt Santos. Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni. Politeia: história e sociedade. V1., n. 1, Vitória da Conquista, 2001. p. 154. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/142/156>. Acessado em: 17/04/2019

indispensáveis para o sustento econômico da colônia, ou seja, essas pessoas são o pilar de sustentação para o funcionamento da administração da Coroa Portuguesa sobre o espaço ocupado. Embora ele transpareça, não a favor dos excessivos castigos sobre os subordinados, mas defende que as repressões são necessárias para que a ordem e obediência permaneça nessa organização vigente, composta por senhores detentores do poder e por uma maioria que foram forçadas a deixarem suas respectivas nacionalidades de origem, cruzando o atlântico sob condições sub-humanas para servirem como mão-de-obra escravizada e consequentemente como uma ferramenta motor de enriquecimento da Coroa portuguesa e de outras nações.

Sobre a forma como deve ser conduzido o tratamento para com os indivíduos submetidos a servidão Antonil propõe que,

não castigar os excessos, que elles commettem, seria culpa não leve; porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar innocentes: e se hão de ouvir os dilatados; e convencidos castigar-se-hão com açoutes moderados, ou com o metter em huma corrente de ferro por algum tempo, ou tronco.⁹⁶

O religioso deixa claro em sua posição, que é necessário a execução de pena para aqueles que subvertem a ordem, porém, recomenda averiguar a realidade dos fatos para que não sofra penalidades pessoas inocentes e que mesmo os sujeitos sendo culpados devem serem punidos com castigos não tão severos.

O autor continua a tecer argumentação e a afirmar que os castigos devem ser moderados e não em excessos, aponto de causar morte, como também, que os submissos devem receber alimentação, vestimentas e que o trabalho deve ser compatível com a capacidade de cada indivíduo. Essa concepção poder ser confirmada na fala de Antonil presente no trecho:

O que pertence ao sustento, vestido, e moderação do trabalho, claro está que se lhes não deve negar; porque a quem o serve deve o senhor de justiça dar sufficiente alimento; mezinhas na doença, c modo^, com que decentemente se cubra , c vista, como pede o estado de servo, e não apparecndo. quasi nú pelas ruas: c deve também moderar o serviço de sorte, que não seja superior ás forças dos que trabalhão, se quer que possam aturar.⁹⁷

⁹⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p.35. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

⁹⁷ Ibid, 1837, p.34.

Mesmo assim, diante desses posicionamentos que demonstram uma certa “compaixão” para com os subalternos negros, concorda com a coerção e a privação da liberdade, sendo a favor do aprisionamento e da execução do trabalho compulsório.

Antonil sinaliza três aspectos do tratamento cotidiano dispensado ao corpo social trabalhador e visto como elemento necessário a ser destinado a este, que é: o castigo, a alimentação e a vestimenta.

No Brazil costumão dizer, que para o escravo são necessários tres P. P. P. a saber, pão, páo, e panno. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que he o páo; com- tudo provera á Deos, que tão abundante fosse o comer, c o vestir, como muitas vezes hc o castigo, dado por qualquer coisa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animacs, fazendo algum senhor mais caso de hum cavallo, que de meia duzia de escravos : pois o cavallo hc servido, e tem quem lhe busque capim, tem panno para o suor; c sela, c freio dourado.⁹⁸

É perceptível como o religioso se refere aos escravos reduzindo-os a “coisas”, estes são vistos como mera mercadoria. Antonil, faz em seu livro uma abordagem acerca do relacionamento instituído entre os senhores e escravos, sendo importante ressaltar que o autor parte de uma lógica mercantilista concebendo os escravos como instrumentos de trabalho.

Nesse sentido, Antonil e Koster se diferem nos seus posicionamentos, na medida em que o religioso não manifesta um sentimento de antagonismo diante da exploração da mão da obra escrava, ele o compreende como um elemento necessário a continuidade da empresa colonial, como também é favorável a disciplina e coerção, embora seja contrário aos excessivos castigos, entretanto não abre mão destes e propõe aplica-los com moderação. Enquanto que o viajante inglês se debruça em registrar sobre a constituição e interrelações sociais e se mostra favorável à abolição da escravatura, embora se refira ao escravismo no Brasil como mais tolerável em relação a outras possessões, se refere a esse sistema como nocivo pelo fato de consistir no domínio de um indivíduo sobre o outro e consequentemente na privação da liberdade do sujeito sobre si mesmo.

3.2 Olhar sobre as mulheres no período colonial

No seu relato de viagem Henry Koster se debruça em fazer uma abordagem descritiva dos aspectos da vida cotidiana e dos costumes das regiões pelas quais passou, sobretudo, da

⁹⁸ Ibid, 1837, p.34.

capitania do Pernambuco local de sua estadia permanente durante o período em que esteve no Brasil. No decorrer da sua presença no país, teve a oportunidade de estabelecer contato com pessoas de diferentes classes sociais, desde as mais humildes até a elite pernambucana, foi convidado a participar de festas, reuniões, fazer-se presente em jantares e a partir deste convívio, o autor passa a observar os costumes das pessoas, sobretudo, a maneira como a categoria feminina se encontrava inserida naquela sociedade, colocando em evidência os diferentes comportamentos entre as mulheres de elite e as mulheres pertencentes às classes populares.

No que se refere às mulheres da elite, Koster consegue perceber a existência de uma diferença comportamental e até mesmo de acesso em termos de circulação espacial pela cidade entre estas e as negras. O viajante concebe a visão de que as mulheres do alto escalão social tinham uma vida muito reservada e restrita ao interior da casa se comparada com as escravas de cor. Segundo ele, nas avenidas do Recife,

não se vêem mulheres além das escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta de casa durante todo o dia. Ouvem a Missa pela madrugada, e não saem sinão em palanquins, ou a tarde, a pé, quando, ocasionalmente, a família faz um passeio.⁹⁹

A partir da descrição apresentada no relato, torna-se evidente que a situação da mulher no período oitocentista tinha uma configuração heterógena, e dessa forma, não podemos analisar a condição feminina desse momento, sem levar em conta as especificidades que permeia esse universo, a final, como podemos ver na escrita do viajante, a mulher da elite, geralmente branca, permanecia no interior de suas casas, sendo mais resguardadas do que as demais que faziam parte das esferas abastardadas como as negras, sejam elas livres ou escravas de ganho.

Referente às mulheres negras, Koster percebe que estas tinham uma maior mobilidade pelos espaços públicos, percorriam a cidade, ruas e estradas desenvolvendo diversas atividades dentre elas comercializando produtos. Como sinaliza o autor, “Ao lado da estrada, neste ponto, estão várias negras vendendo laranjas e outras frutas e bólos aos canoeiros, (...)”¹⁰⁰ assim como também no meio urbano “(...) uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias

⁹⁹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p.36.

¹⁰⁰ *Ibid*, 1942, p.44.

para vender”.¹⁰¹ Então, de acordo com as descrições percebe-se que, muitas das personagens subalternas realizavam trabalhos fora do âmbito doméstico.

No convívio social, existia em momentos festivos uma aproximação entre as diferentes camadas sociais. Nos eventos de ordem religiosa como a festa Nossa Senhora do Monte em Olinda, as mulheres, independente de cor ou condição financeira se divertiam e compartilhavam os mesmos espaços, para além, de partilhar essas comemorações com a presença masculina. Pois, como sinaliza o britânico,

as mulheres ao entrar, sejam brancas ou de côr, ficam junto a essa grade, sentando-se no chão, no grande espaço aberto no centro. Os homens se postam de pé, em cada lado da nave, ou ficam perto da entrada, detraz das mulheres que, seja qual fôr sua posição ou côr, devem ser as primeiras acomodadas.¹⁰²

Ainda de acordo com a perspectiva do autor nos períodos de festividades todas as mulheres podiam se locomover pelas ruas exibindo os adornos, nessas ocasiões era quebrado o protocolo para com as integrantes da alta sociedade de restrição ao interior da casa, podendo percorrer pela cidade nas tardes:

Toda a cidade estava em movimento. As mulheres todas, da alta e baixa sociedade, enchiam as ruas pelas tardes, a pé. contrariamente ao uso local. Muitas estavam vestidas de sêdas de várias côres e cobertas de correntes de ouro e outras bugigangas, e em geral expunham tudo que de mais fino tinham podido reunir.¹⁰³

Em relação a sociabilidade entre a população negra, Koster observou que:

Os negros livres também dançavam, mas se limitavam a pedir licença e sua festa decorria deante de umas das suas choupanas. As dansas lembravam as dos negros africanos. O círculo se fechava, e o tocador de viola sentava-se num dos cantos, e começava uma simples toada, acompanhada por algumas canções favoritas, repetindo o refrão, e frequentemente um dos versos era improvisado e continha alusões obscenas. Um homem ia para o centro da roda e dansava minutos, tomando atitudes lascivas, até que escolhia uma mulher, que avançava, repetindo os meneios não menos indecentes, e esse divertimento durava às vezes até o amanhecer.¹⁰⁴

Assim, é possível observarmos a existência de uma diferenciação de perfil comportamental entre as integrantes dos diferentes segmentos sociais, enquanto, as mulheres

¹⁰¹ Ibid, 1942, p.33.

¹⁰² Ibid, 1942, p.48.

¹⁰³ Ibid, 1942, p.48.

¹⁰⁴ Ibid, 1942, p.316.

brancas e “mulatas” de elite deviam seguir regras e modo de se comportar de maneira mais contida, as negras não estavam sujeitas a certas condutas, estas participavam das danças, que foram vistas caracterizadas pelo viajante como indecentes. Sendo assim, “as mulheres da elite estavam submetidas a normas sociais mais rígidas enquanto as camadas populares, neste caso, as mulheres negras livres ou libertas, pobres ou escravizadas, se submetiam a normas diferenciadas, a estas não eram proibidas as danças”.¹⁰⁵

Mas, é importante reiterar que essas distinções também se encontravam presente entre uma mesma camada social. Em passagem por São Luiz, Koster percebe um diferencial em relação a forma de se comportar das senhoras, enquanto em Pernambuco as mulheres da alta sociedade viviam em estado de reclusa, reservadas ao âmbito da casa e sem participação nas conversações em meio aos homens, no Maranhão o autor tem uma outra visão. Neste espaço, as mulheres de categoria social privilegiada coabitavam no mesmo ambiente dos homens, inclusive, participando de jogos. Koster testemunha que,

as senhoras de S. Luiz, entretanto, não são geralmente reservadas. Ambos os sexos jogam muito e com algum excesso. Uma jovem senhora, em certa ocasião, indo com sua mãe a uma festa, passou a um salão onde seu pai jogava com vários amigos. Este chamou sua filha, dizendo-lhe que tomasse uma carta. Obedeceu. Ficou jogando até perder trezentos mil reis, cerca de 80 libras, quando confessou não mais ter dinheiro. Supriram-na de recursos e ela, acompanhando sua mãe foi para outro salão, muito provavelmente jogar, que era a distração da tarde.¹⁰⁶

Então, percebe-se que, a forma de se comportar das mulheres no início do século XIX variavam de lugar para lugar, na sede da capitania maranhense existia uma outra concepção de atuação feminina, estas praticavam jogos em competição com os homens. E também subentende que participavam de momentos festivos sem ser necessariamente acompanhadas pelos homens, pois tinha uma maior liberdade de circulação.

Para além desses aspectos já mencionados, em relação ao tratamento com as famílias socialmente elitizadas, Koster constatou que o contato entre Brasil e Inglaterra ocorrido a partir da abertura dos portos, evento decorrente da transferência da Corte portuguesa para o Brasil resultou promovendo impactos positivos. O itinerante identificou,

¹⁰⁵ ALVES, Solange Mouzinho; ROCHA, Solange Pereira da. *As mulheres na visão de um viajante inglês – século XIX*. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Sociais: Culturas, leituras e interpretações. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2009. p. 07. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/500.pdf>. Acessado em: 20/10/2019.

¹⁰⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p.245.

(...) mudança nas maneiras da alta classe do povo. A baixa nos preços de todos os artigos de tecidos, a faculdade de obter, a custo comodo, louça de barro, cutelaria e linho para meza, de facto, foram efeitos que devem ter impressionado os brasileiros, assim como o aparecimento de um novo povo entre eles, a esperança de melhor situação para todos, a de ver o país tomar vulto, reanimando em muitas pessoas as ideias que dormiam ha tempos, desejando mostrar o que possuíam. O dinheiro apareceu para atender ás novas exigências.¹⁰⁷

Diante da argumentação exposta, podemos perceber que o viajante concebeu a presença estrangeira, principalmente, ingleses como um elemento que representou possibilidade de mudanças ao país. Ele constatou essa realidade quando retornou da Inglaterra ao Brasil em 1811, ao chegar em Recife pela segunda vez teve uma impressão diferenciada em relação a primeira vez que aportou em Pernambuco visualiza consideráveis modificações nos aspectos estruturais da cidade como também percebe a incorporação de influencias nos costumes das pessoas.

Notei uma modificação considerável no aspecto do Recife e de seus habitantes, (...). Várias casas tinham sido reparadas e as rotulas, sombrias e pesadas, foram substituídas pelas janelas, com vidros e balcões de ferro. Algumas famílias haviam chegado de Lisbôa e três outras da Inglaterra. As senhoras das primeiras davam o exemplo, indo á missa a pé, em plena luz solar, e as damas inglêsas tomaram por ·habito passear, todas as tardes, por distração (...). As fazendas de sêda e setim, tornadas de uso normal para roupa nas festas e dias-santos, foram logo vencidas pelas musselinas brancas e de côr e tecidos de algodão. Os homens que antigamente compareciam todos vestidos de preto, com fivelas de ouro e tricórnio, não faziam grande questão em substitui-los pelas calças de namquim, meia-botas e chapéus redondos. .¹⁰⁸

Desta maneira, cabe reiterar que o Koster constatou a partir da instalação da Corte no Brasil e consequentemente da implementação de novos produtos seguido da adoção de outros costumes em virtude do contato com sujeitos de outras nacionalidades, a instituição de impactos, tanto, nos aspectos sociais como culturais e econômicos. Sendo assim, as ponderações assinaladas pelo viajante é bastante representativa para nos fazer perceber que esse impacto material e social não se restringiu somente ao Rio de Janeiro sede do poder real, mas se disseminou por outros espaços nas demais regiões, os produtos e costumes europeus eram adotados "e, inclusive, servia de exemplo, como observamos na citação acima a respeito

¹⁰⁷ Ibid, 1942, p. 59-60.

¹⁰⁸ Ibid, 1942, p. 257.

das mulheres europeias que davam o exemplo ao passearem todas as tardes – hábito incomum entre as brasileiras da época”.¹⁰⁹

Portanto, após observarmos as percepções do Koster sobre as mulheres, constatamos que o referido viajante consegue classificar o corpo social feminino como mulheres de elite na qual ele identifica como reclusas, ou seja, estas se encontram submetidas a seguir regras de comportamento e que tornavam seu espaço de atuação mais restrito ao âmbito interno da residência, enquanto que as mulheres negras detinham uma mobilidade social mais ampla atuando para além do círculo doméstico.

Já o Antonil, ao se debruçar em descrever acerca das relações do senhor para com os escravos no século XVIII, se remete de forma muito tímida ao corpo social feminino, observando as atividades que este desenvolvia, aponta que “trabalhão na casa de purgar quatro escravas, e são as que entaipão, e botão barro nas fôrmas do assucar , e lhe dão suas lavagens”.¹¹⁰ Como também o jesuíta sinaliza sobre a atuação das mulheres nos atos de resistência ao citar o aborto como estratégia para livrarem seus filhos da atrocidade do cativo, o autor faz uma advertência aos senhores de que, “algumas escravas procuram de propósito o aborto”.¹¹¹ Para além de se referir as mulheres negras com um olhar pejorativo pontuando que “Forrar mulatas desinquieta he perdição manifesta”¹¹², pois os recursos adquiridos para se libertar provem do corpo e “depois de forras continuam a ser ruínas de muitos”¹¹³. Ou seja, as mesmas após conseguirem sua liberdade levam uma vida dada a vaidade.

¹⁰⁹ALVES, Solange Mouzinho; ROCHA, Solange Pereira da. *As mulheres na visão de um viajante inglês – século XIX*. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Sociais: Culturas, leituras e interpretações. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2009. p. 78. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/500.pdf>. Acessado em: 20/10/2019.

¹¹⁰ Ibid, 1837, p.103.

¹¹¹ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessárias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. p. 37. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.

¹¹² Ibid, 1837, p.32.

¹¹³ Ibid, 1837, p.33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período colonial corresponde a um momento da história da humanidade, em que a América Portuguesa conviveu com a política administrativa fundamentada na exploração do trabalho escravo. Essa instituição foi um empreendimento que operou por muito tempo com a comercialização de gente, que por sua vez, eram capturadas forçadamente do continente africano e destinadas para o outro lado do atlântico, com a finalidade de servir aos desígnios do capitalismo. Milhões de pessoas foram designadas para o continente americano, para servir como mão de obra, a exploração de humanos se constituiu ao longo dos séculos XVI e XIX, como um sustentáculo para a firme consolidação da população brasileira responsável pela manutenção e administração do corpo colonial.

Diante disso, buscamos nesse trabalho fazer uma abordagem sobre a organização social presente no período colonial entre os séculos XVIII e XIX, em especial, apresentar as relações de sociabilidades presente no cotidiano escravista a luz dos debates historiográficos e dos relatos de viagens fonte desse estudo. Dentro dessa perspectiva, tornou-se sumamente relevante, realizar uma contextualização dos respectivos momentos históricos pontuando sobre algumas características de cada período. E logo em seguida, trazer as visões do Henry Koster e Antonil acerca da sociedade colonial.

Assim, ao analisar as perspectivas dos referidos autores percebemos aproximações em suas ideias na medida em que ambos, tende a demonstrar que nos dias tidos como feriados pela igreja os escravos eram isentos da prestação de serviço para seu senhor, ficando a critério dos mesmos descansar ou realizar alguma atividade que pudesse lhes render algum ganho. Entretanto, encontramos também distanciamentos entre seus posicionamentos, para Antonil a mão de obra escrava se constitui como um elemento necessário a continuidade da empresa colonial e se demonstra favorável a coerção e disciplina, embora seja contrário aos excessivos castigos, entretanto, não abre mão destes e propõe aplica-los com moderação para a manutenção da ordem.

Koster classifica a escravidão na América portuguesa, como menos cruel que nos demais espaços a exemplo das colônias inglesas, devido as formas de relacionamento instituídas na possessão lusitana entre o senhor e seu servo, como também o autor alega que as atribuições laborais ao contingente escravo no Brasil são menos pesadas do que nas demais colônias. Nesse sentido, podemos observarmos que o autor lança um olhar eminentemente eurocêntrico sobre esse sistema, pois independente da maneira como a escravidão se

manifestou nas américas, ela se constituiu como um empreendimento extremamente nocivo e segregador como o mesmo grau de desumanidade.

A despeito da política de controle segregacionista, percebe-se que os sujeitos escravizados não perderam sua condição de agência, pois mesmo submetidos às determinações de outrem, tiveram espaço de atuação, inclusive, nos relatos temos evidências clara de que havia o estabelecimento de laços entre “dominados” e “dominadores”. Henry Koster, ao se deleitar em observar a dinâmica organizacional vigente nesse universo entre a elite “dominante” e a classe subalterna, alerta que existia a relação de apadrinhamento e presenciou em Recife pessoas de diferentes extratos sociais compartilhando os mesmos espaços em momentos festivos. Assim como os livres de cor também tiveram seu espaço de atuação.

A classe social submissa mesmo diante de um sistema que os classificava como meras mercadorias, negando-lhes o estado de ser humano capaz de conduzir sua própria vida, essas pessoas não perderam a condição humana e sua aptidão de pensamento, mesmo na condição de servil homens e mulheres resistiram, subverteram ordens e lutaram contra a escravidão

Mesmo diante de todas as ordens e limitações impostas a comunidade cativa, esta não se curvou pacificamente diante da política de escravização. Utilizaram da prática da resistência de diversas formas, dentre elas, a perpetuação da cultura, pois realizavam seus rituais, suas festas, conservaram/ressignificaram suas performances artísticas, para além da adoção de estratégia de defesa como a fuga, o aborto e as negociações. Então, “na vivência cotidiana, escravos homens e mulheres buscaram várias “brechas” na sociedade escravocrata para manter sua autonomia”.¹¹⁴ Os sujeitos subalternos não perderam sua condição de agente sociais ativos em meio ao regime escravista, pelo contrário, essa classe social construiu ao longo do tempo seu lugar na história. Como sinaliza Cardoso, “ao lado dos conflitos inerentes ao sistema escravista, transcorriam acordos e negociações que equilibravam a sociedade, ao mesmo tempo que amenizavam as tensões”,¹¹⁵ atitudes que contribuíram para a criação de um vínculo de relacionamento entre a elite dominante e a classe social subordinada.

¹¹⁴ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. *O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista*. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 23-56. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books. p.26. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333-02.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

¹¹⁵ CARDOSO, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: Cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p.11. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2135>. Acessado em: 17/04/2019.

REFERÊNCIAS

Alfredo do Carvalho: - "BIBLITOTHECA EXOTICO-BRASILEIRA", vol. III, pag. 104. E. G. E. Paulo, Pongetti & Cia. Rio de Janeiro. 1930. P.27.

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. A Corte mudou-se: o processo de independência. In_____. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALVES, Solange Mouzinho; ROCHA, Solange Pereira da. *As mulheres na visão de um viajante inglês – século XIX*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. II Seminário Nacional Gênero e práticas culturais: culturas, leituras e representações. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/500.pdf>. Acessado em: 30/9/2019.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. *As condições femininas no Brasil colonial*. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Carleide/Downloads/1379-2208-1-PB.pdf>. Acessado em: 22/04/2019.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE Departamento de História – UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24243/BONATO,%20TIAGO.pdf?sequence=1>. Acessado em:02/10/2018.

CARDOSO, Rosilene Costa. *Relações sociais na sociedade escravista: Cotidiano e criminalidade em Juiz de Fora - 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2135>. Acessado em: 17/04/2019.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittenourt Santos. Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni. Politeia: história e sociedade. V1., n. 1, Vitória da Conquista, 2001. Disponível em:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/142/156>. Acessado em: 17/04/2019.

CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor. In: Koster, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 09-28. Disponível em:

<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305>. Acessado em: 17/01/2019.

COSTA, Raíssa Barbosa da. *As cores da mata branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793/1815)*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2013. Disponível em:

Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/3769/RA%c3%8dSSA%20BARBOSA%20DA%20COSTA%20%20DISSERTA%c3%87%c3%83O%20%28PPGH%29%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 18/09/2019.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Roberto Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974. Disponível em:

<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/392/1/344%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em: 18/10/2019.

FERREIRA, Mendell Barreto. *O papel da igreja frente à escravidão indígena e africana nos séculos XVII e XVIII: um olhar sob a perspectiva dos padres Antonio Vieira e João Antonio Andreoni (Antonil)*. Juiz de Fora, 2011. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2011-O-PAPEL-DA-IGREJA-FRENTE-%C3%80-ESCRAVID%C3%83O-IND%C3%8DGENA-E-AFRICANA-NOS-S%C3%89CULOS-XVII-E-XVIII-UM-OLHAR-SOB-A-PERSPECTIVA-DOS-PADRES-ANTONIO-VIEIRA-E-JO%C3%83O-ANTONIO-ANDREONI-ANTONIL.pdf>. Acessado em: 22/04/2019.

FERREIRA, Roberto Guedes; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e hábitos de consumo na sociedade senhorial da América portuguesa*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2ª edição, 2017. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em:31/05/2019.

FILHO, João dos Santos. *Ordem Régia de Censura a Roteiros Turísticos do Século XVIII: André João Antonil no Índex*. Turismo em Análise, São Paulo, 12 (J):72-79 maio 2001.

Disponível em:

<file:///C:/Users/Carleide/Documents/Dissertações%20de%20mestrado%20para%20TCC/ANTONIL/document.pdf>. Acessado em: 27/04/2019.

FONTES, Silvia Drumond Silva. *A Corte Portuguesa no Brasil*. 2007. Disponível em:

<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/acorteportuguesanobrasil.pdf>.

Acessado em: 23/09/2019.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2ª edição, 2017. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em:31/05/2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas*. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Brasil colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2ª edição, 2017. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatima-gouveia>. Acessado em:31/05/2019.

KLEIN, Herbert S. “A experiência Afro-Americana numa perspectiva comparativa: A situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas”. In: Revista Afro-Ásia, 45 (2012). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n45/a04n45.pdf> Acessado em: 15/11/2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Antilhas francesas e inglesas, América portuguesa, 1650-1720. In_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. No Brasil: ser uma mercadoria como as outras. In_____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. O africano adapta-se ao Brasil e aos Brasileiros. In_____. *Ser escravo no Brasil*. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Brasil colonial 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 3, 2º edição, 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/50523971/o-brasil-colonial-iii-joao-fragoso-maria-de-fatimagouveia>. Acessado em:31/05/2019.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo: Conferências e discursos abolicionistas*. Instituto Progresso Editorial, S. A São Paulo, 6 de junho o de 1949. Disponível em: file:///C:/Users/Carleide/Downloads/024049-7_COMPLETO.pdf. Acessado em: 15/11/2019.

OLIVEIRA, Ana Paula. *Livros de Viagem: relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato*. Fortaleza, 2005 (Dissertação de Mestrado, em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2867>. Acessado em: 09/10/2019.

O Brasil colonial: estrutura social, política, econômica e cultural (IV). ESHOJE. 4 de set. 2017. Disponível em: <http://eshoje.com.br/o-brasil-colonial-estrutura-social-politica-economica-e-cultural-iv/>. Acessado em:04/06/2019.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Rio de Janeiro: uma cidade em mudança. PUC – Rio – Certificação Digital N° 0610395/CA.

Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13593/13593_3.PDF. Acessado em: 21/09/2019.

ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. *O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista*. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 23-56. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333-02.pdf>.

Acessado em: 27/04/2019.

SÁ, Charles Nascimento de. *GOVERNO GERAL NA BAHIA: poder, povos e adversidades no exercício das funções dos governadores no período Pombalino (1750 – 1777)*. APUHI - XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e dialogo social. Natal – RN 22 a26 de julho de 2013. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362677942_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf. Acessado em: 20/05/2019.

SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *A Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?* XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, ISBN 978-85-65957-03-08, 28 de julho a 1° de agosto de 2014. Disponível em:

http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400082707_ARQUIVO_anpuhartcorr.pdf

Acessado em: 22/04/2019.

SILVA, Rodrigo Caetano. *As cartas de alforria: compras e concessões por livre e espontânea vontade*. Parte de dissertação de mestrado apresentada no XXIX Simpósio de História Nacional com a temática: Contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501722337_ARQUIVO_ArtigoRevisado-AsCartasdeAlforria.pdf . Acessado em: 27/04/2019.

SILVA, Jovelina de Sousa Nazário da. *Uma leitura da escravidão em Antonil: visão e posicionamento*. Building the way – Revista do Curso de Letras da Universidade Estadual do Goiás, Campus Itapuranga, v. 5, n. 1 - 2015. Disponível em:

<http://www.revista.ueg.br/index.php/buildingtheway> . Acessado em: 09/03/2019.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Antonil e a escravidão sem mistérios*. História & Perspectivas, Uberlândia, (29 e 30): 239-253, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19150/10297>. Acessado em: 27/04/2019.

SILVA, Gian Carlo de Melo. “*Contra os danos moraes e physicos*”: família e escravidão no Recife colonial. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300669758_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011.pdf. Acessado em: 15/11/2019.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FONTES:

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Câmara Cascudo. Vol. 221, Serie 5ª, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslanderina com as licenças necessárias, no anno de 1711, novamente reimpresso no Rio de Janeiro em 1837. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acessado em: 20/02/2019.



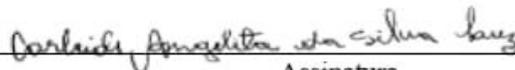
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
 Dissertação
 Monografia
 Artigo

Eu **Carleide Angelita da Silva Luz** autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **As percepções construídas por Antonil e Henry Koster a respeito da escravidão no Brasil, 1700-1822** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 09 de agosto de 2021



Assinatura